



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Direito - FADIR

FERNANDA DE OLIVEIRA BATISTA

**A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA COMO FACILITADORA DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA MULHERES AMAZÔNIDAS?**

Fernanda de Oliveira Batista

**A Cooperação Descentralizada como Facilitadora de Políticas Públicas
para Mulheres Amazônicas?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do(a) Prof.(a) Déborah Silva Monte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B333c Batista, Fernanda De Oliveira
A Cooperação Descentralizada como Facilitadora de Políticas Públicas para Mulheres
Amazônidas? [recurso eletrônico] / Fernanda De Oliveira Batista. -- 2022.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Déborah Silva Monte.
TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Cooperação Descentralizada. 2. Políticas Públicas. 3. Mulheres Amazônidas. 4. ODS. I.
Monte, Déborah Silva. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 10 de junho de 2022, compareceu para defesa pública on-line do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Fernanda de Oliveira Batista** tendo como título “**A Cooperação Descentralizada como Facilitadora de Políticas Públicas para Mulheres Amazônicas?**”

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr.^a Déborah Silva do Monte** (orientadora), **Dr.^a Chyara Sales Pereira** (examinadora), **Dr. Bruno Boti Bernardi** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Déborah Silva do Monte

Dr.^a Déborah Silva do Monte

Orientadora

Chyara Sales Pereira

Dr.^a Chyara Sales Pereira

Examinadora

Bruno Boti Bernardi

Dr. Bruno Boti Bernardi

Examinador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer e dedicar essa monografia aos meus pais que me incentivaram nessa jornada acadêmica tão longe de casa. Não foi fácil sair do Pará e, praticamente, cruzar o Brasil para realizar o sonho de estudar Relações Internacionais, mas deu tudo certo até aqui e esse é só o começo. Em especial, agradeço a minha irmã que sempre esteve ao meu lado me apoiando nessa caminhada longe de casa me incentivando a alçar voos cada vez mais altos. E aos meus amigos, aqueles que deixei na terra natal e que sempre me deram suporte, mesmo a distância, e os que foram e são a minha segunda família aqui no Mato Grosso do Sul. Sou muito grata por ter todos vocês como parte de mim.

Agraço também a UFGD que me proporcionou vivências únicas durante a graduação. À FADIRI que me acolheu como uma grande família e aos professores que cruzaram essa jornada, em especial, a minha querida orientada Prof. Dr. Deborah da Silva Monte, o Prof. Dr. Hermes Moreira Jr. que foi meu orientador de PIBIC por dois anos e aos professores que compõem essa banca, o Prof. Dr. Bruno Boti, grande referência durante a graduação e a Prof. Dr. Chyara Sales Pereira.

Entrava no barco como se entrasse na vida das histórias das mulheres de minha família. Mergulhava fundo na encantaria. As embarcações eram lugar estranho e ao mesmo tempo meu território. Os pés reconheciam o banzeiro e se deixavam levar. As histórias, que já circulavam ali como visagens ou bênçãos, eram minhas bem antes da ideia de lar com quatro paredes. Os barcos eram o corpo de minha família, que construía, pintava e trabalhava neles. É preciso que se diga, sempre como empregados, nunca como patrões. Proprietários de barco, isso não éramos, mas tínhamos os nervos agarrados às nascentes dos rios que espichavam. Eu era jitinha perto de tanto conto que o rio tinha para dizer quando batia no casco da embarcação.

Trecho de A respeito de Flor de Gume, de Monique Malcher.

RESUMO:

A partir da revisão bibliográfica e da análise de sites oficiais e do Observatório de Cooperação Internacional o objetivo desse trabalho foi, levando em consideração o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém e a atividade da Cooperação Descentralizada, verificar se existem atividades de cooperação, nos termos da CID, empreendidas pelo estado do Pará voltadas para as questões de gênero e em conformidade com as agendas de desenvolvimento sustentável de forma que os atores políticos, a sociedade civil organizada e a Cooperação Descentralizada impactem na formação da agenda política e na implementação de políticas públicas específicas para as mulheres amazônicas do estado.

Palavras Chaves: Cooperação Descentralizada; Políticas Públicas; Mulheres amazônicas; ODS

ABSTRACT:

Based on a literature review and analysis of official websites and the International Cooperation Observatory, the objective of this work was, taking into consideration the Belém Islands Women's Movement and the activity of Decentralized Cooperation, to verify whether there are cooperation activities, under the terms of the CID, undertaken by the state of Pará focused on gender issues and in accordance with sustainable development agendas in such a way that political actors, organized civil society, and Decentralized Cooperation impact the formation of the political agenda and the implementation of specific public policies for Amazonian women in the state.

Keywords: Decentralized Cooperation; Public Policies; Amazonian Women; Sustainable Development Goals

LISTA DE QUADROS

1. QUADRO 1: LISTA DE ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE 2004-2016 EM QUE O ESTADO DO PARÁ ERA RECEPTOR 69
2. QUADRO 2: DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO. 71

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. POLÍTICAS PÚBLICAS, OS ATORES SOCIAIS E POLÍTICOS E A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA	16
2.2 O ciclo de Políticas Públicas; a Agenda e o modelo de Arenas Políticas.....	16-19
2.3 Os atores políticos, a sociedade civil e a sua atuação.....	19-22
2.4 As Organizações Internacionais.....	22-24
2.5 A Cooperação Descentralizada	24-28
3. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO, AS AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL E A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS ONGS	29
3.1 A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)	29-33
3.2 Os ODS e o surgimento da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030.....	33-39
3.3 As ONGs e os Movimentos Sociais	39-44
4. O MMBI E A ANÁLISE DO FEMINISMO DESCOLONIAL SOBRE AS AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO E A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DO ESTADO DO PARÁ	45
4.1 Breve contextualização da região e das mulheres amazônicas.....	45-48
4.2 O feminismo na política nacional e nas relações internacionais	48-50
4.3. Os feminismos (des)colonial e as críticas as agendas de desenvolvimento.....	50-55
4.4. O Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) e sua ligação às Agendas de Desenvolvimento Internacionais.....	55-60
4.5 A Cooperação Descentralizada e a relação com políticas públicas de gênero no estado do Pará	60-71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72-75
6. REFERÊNCIAS.....	76-80

1. INTRODUÇÃO:

Como disse Theodor Lowi (1964; 1972) “A política faz a política pública”. A partir disso, podemos dizer que políticas públicas são ações que acontecem e movimentam a arena política, realizadas por “fazedores de política” e influenciados por diversos atores políticos não estatais e suas interrelações e tem como finalidade transformar a realidade e atender certas demandas da sociedade em prol do bem comum.

Eugenio Parada (2006) argumenta que “a comunidade pode influenciar politicamente na determinação de políticas públicas mais que partidos políticos e eleições”. Assim, a sociedade civil, seus coletivos e movimentos sociais, nacionais ou internacionais, influenciam constantemente na agenda e formulação de políticas públicas. Por isso, são atores fundamentais para a transformação da sociedade. Para Peters (1986) política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Os governos são um instrumento fundamental para a materialização dessas políticas. Tanto em sua instância nacional ou local, eles são agentes que detém grande parte do poder e recursos necessários para implementar políticas públicas.

As políticas públicas envolvem jogos de interesse de diversos atores sociais. Estes são influenciados pelas vantagens ou desvantagens que terão de acordo com a agenda política implementada (PARADA, 2006). Por muito tempo, não era vantajoso dar voz às mulheres e muito menos poder político a elas. Assim como, os interesses políticos voltados para a Amazônia e sua população, nunca foram pensados para benefício daquela região, mas que, sob uma lógica de exploração e apropriação territorial, atendem as demandas e interesses de elites nacionais e internacionais que detém muito poder e influência enquanto avançam sobre a natureza, território e corpos, especialmente, femininos.

Como abordado no livro *Mulheres Amazônicas: ecofeminismo, mineração e economias populares* (ALCÂNTARA, L; OLIVEIRA, 2020, p. 36), "as violências que afetam mulheres diversas e outros corpos feminizados estão conjugadas às violências da acumulação de capital sobre os territórios", ou seja, essas violências servem as grandes elites e grandes projetos capitalistas¹ na Amazônia (ALCÂNTARA, L; OLIVEIRA, 2020). Há muitos obstáculos para

¹Denominamos como “grande projeto” a objetivação dos empreendimentos do capital em seu conjunto e o modo como se territorializam em múltiplas escalas. Da intensificação da exploração dos bens naturais e construção de infraestruturas correspondente, até aqueles voltados para as obras de reurbanização [...] (ALCÂNTARA, L; OLIVEIRA, T, 2020 p.64).

realizar transformações sociais quando os atores políticos mais poderosos tiram proveito das desigualdades e violências intrínsecas ao sistema capitalista-patriarcal-racista e neocolonial o qual estamos inseridos. Mas, não é impossível.

Existem alguns atores políticos, pertencentes à sociedade civil organizada, que são fundamentais para buscar essa transformação social e política necessária para amenizar e superar as desigualdades sistêmicas sustentadas por pilares capitalistas, coloniais, patriarcais, classistas e racistas. Dentro das arenas políticas, recorrentemente, ocorrem disputas de poder. Alguns atores, além dos governos, participam do "conflito" a fim de expor seus interesses. Entre os atores que influenciam o ciclo de políticas públicas estão: as Organizações Internacionais (OIs); as ONGs (Organizações Não Governamentais), os Movimentos Sociais, a Mídia e os atores privados e academia, além, é claro, dos atores públicos.

Esses atores, cada qual a sua maneira e seguindo os seus interesses, influenciam na formação da agenda política, na formação da opinião pública, na pressão em cima dos *policymakers*, na mobilização social, na implementação de políticas públicas sobre temáticas presentes e repassadas por atores internacionais. Por vezes colaboram entre si e em outras estão em lados opostos. Mas, de todo modo, os processos políticos acontecem a partir da interação desses atores e, por isso, é necessário entender os seus mecanismos de influência e suas contribuições.

Também se torna relevante nesse contexto as práticas da Cooperação Descentralizada e a importância das Agendas de Desenvolvimento Internacional. A Cooperação Descentralizada (CD), pode ser considerada uma instituição internacional em processo de consolidação assim como uma política pública, em diferentes estágios de consolidação de acordo com o país e com o governo subnacional em questão. É a partir dessa prática que os entes subnacionais, além dos próprios Estado nacionais, podem se inserir e participar ativamente da política internacional. Atualmente, grande parte dos governos estaduais e prefeituras participam de projetos de cooperação descentralizada, bilaterais e/ou multilaterais (SALOMON, 2012). Desse modo, essa se torna uma prática importante na busca por mudanças sociais visto que, a partir da CD, é possível que os entes subnacionais tenham certa autonomia para buscar alternativas de investimento e cooperação técnica para melhorar a gestão local através da cooperação em diversas frentes seja em relação à cidadania, direitos humanos, meio ambiente e igualdade de gênero.

A CD também é considerada uma dimensão da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. A CID é um campo fundamental das relações internacionais, pois ela reflete diretamente na agenda das políticas públicas implementadas nos países recebedores dessas ofertas de cooperação. Para Milani constitui-se num campo político permeado por relações de poder, mas que, infelizmente, se consolidou a partir das desigualdades do sistema internacional e ainda hoje é possível perceber as relações de cooperação entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento (Cooperação Norte/Sul) ainda se fazem termos desiguais e a partir das lógicas difundidas pelos países industrializados do Norte global.

Cooperar para o desenvolvimento é, concomitantemente, uma necessidade histórica do capitalismo. [...] A cooperação internacional para o desenvolvimento pode ser considerada fator integrante e legitimador do capitalismo e da modernização (variável independente), porém, ao mesmo tempo, é uma decorrência da expansão e da integração dos mercados, do plano local (e nacional) ao internacional e global (variável dependente) (MILANI, 2019, p. 34).

Historicamente, as disputas em torno da CID e suas práticas se concentraram entre grandes atores internacionais como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a ONU. A ONU conquistou uma certa liderança desse campo através das suas agendas para desenvolvimento, primeiro com as ODM e, atualmente, com a Agenda 21 os ODS. As agendas de desenvolvimento sustentável estão presentes em várias instâncias dos países signatários. No Brasil, existem diversas estratégias de disseminação e implementação das metas para que elas estejam presentes nas políticas governamentais tanto do Estado brasileiro como no interior dos municípios para que atinjam a sociedade brasileira da maneira mais plural possível.

Uma das características mais inovadoras trazidas pela Agenda 21, mas principalmente na Agenda ODM, foi a intensificação do uso de ferramentas para a transversalização de gênero, como indicadores internacionais socioeconômicos. *As agendas de desenvolvimento trouxeram o estabelecimento de metas e checklists, valorização de dados quantitativos, criação de sistemas de monitoramento de políticas, ou seja, a construção de um aparato técnico em torno da busca pela igualdade de gênero dentro do desenvolvimento.* Ao todo, foram 8 objetivos do milênio, 21 metas e a criação de 60 indicadores socioeconômicos no sistema ONU, a serem acompanhados por instituições como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (MARQUES, 2019, p. 89).

Mas, apesar de trazerem alternativas e metas fundamentais na tentativa de amenizar as desigualdades, acabar com a pobreza e, preservar o meio ambiente as agendas de desenvolvimento, majoritariamente, ainda estão inseridas dentro de uma lógica Norte/Sul que prioriza os grandes centros assim como abraça com mais facilidade projetos e ações de atores mais influentes. Ainda que não seja algo necessariamente ruim, algumas questões também

urgentes acabam mais marginalizadas. Isso se dá, principalmente, porque as agendas não se enquadram dentro de perspectivas radicais de mudanças sistêmicas sendo assim, apesar da iniciativa de interiorização ser muito importante ainda há um longo caminho para que realmente se concretize.

Levando em consideração a articulação do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, é possível perceber que o movimento mesmo surgindo em um contexto muito específico tratando da luta das mulheres por espaço dentro da Associação de Produtoras da Ilha de Cotijuba e para ter voz ativas para tratar das problemáticas de gênero da região dentro das dinâmicas econômicas da Ilha, ele foi percebido por organizações internacionais e empresas privadas que seguem as metas das Agendas de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A partir disso, parcerias surgiram e, devido aos objetivos do movimento estarem, coincidentemente, de acordo com as agendas, ocorreu um certo alinhamento às metas dessas agendas de gênero influentes em todo o mundo. De fato, essa ligação trouxe visibilidade para o movimento, porém, acabou modificando o conteúdo das atividades do coletivo que se diversificou e se voltou às práticas de desenvolvimento sustentável amplamente difundidas pela Agenda 21 e pelos ODS (MARQUES, 2019).

Ao alinhar suas ações à luta pela igualdade de gênero, o coletivo acabou se inserindo na estratégia de *gendermainstreaming*, mas de forma a buscar a igualdade de gênero interligada aos seus interesses estratégicos abarcando problemas de um setor mais específico. Essa forma complexa do *gendermainstreaming* do MMIB expõe uma falha do *modus operandi* da transversalização de gênero dentro do desenvolvimento internacional já que, para realmente acabar com as desigualdades e formas de opressão das mulheres, esses agentes precisam modificar profundamente as raízes desiguais do sistema internacional, mas eles mesmos, se sustentam a partir dessas violências seja através do capital acumulativo, do patriarcado, do colonialismo, racismo ou da exploração de recursos naturais (MARQUES, 2019).

Portanto, essas temáticas se tornam relevantes devido ao contexto histórico de violência e desigualdade no qual as mulheres estão sujeitas. Essa categoria é sistematicamente marginalizada, dentro ou fora dos grandes centros urbanos, e sofre cotidianamente os efeitos negativos do capitalismo, do patriarcado, do racismo, da desigualdade de classes e desigualdades regionais, das explorações ambientais e expropriações territoriais. Contudo, dentro de um contexto local, a região Amazônica é duplamente atacada e suas populações estão

ainda mais vulneráveis a esses impactos. Por isso, surge o interesse em entender quais as possibilidades de modificar essa realidade através de recursos como a Cooperação Descentralizada, a mobilização da sociedade civil e o alinhamento das ações políticas dentro do ciclo de políticas públicas como recursos dos governos locais, neste caso, do estado do Pará.

Desse modo, esta monografia, é uma pesquisa qualitativa, realizada através da revisão bibliográfica dos temas centrais que são políticas públicas, gênero, cooperação descentralizada. Também foram feitos estudo de caso do coletivo de mulheres de Belém (MMIB) e uma análise de dados do Observatório de Cooperação Internacional e de órgãos governamentais. Diante disso, o seu objetivo foi verificar se o estado do Pará possui, ou não, alguma atividade de cooperação descentralizada como acordos, programas e parcerias com entidades internacionais e as agendas de desenvolvimento acerca das questões de gênero. Além disso, pretende realçar a importância e o impacto da mobilização de atores da sociedade civil organizada na formação de uma agenda política com políticas públicas voltadas para as questões de gênero específicas da região amazônica através da Cooperação Descentralizada.

Esse trabalho está dividido em introdução seguida de três capítulos e a conclusão. O primeiro capítulo expõe os conceitos fundamentais que orientam a pesquisa contendo uma síntese sobre as definições de políticas públicas e o Ciclo de políticas públicas; a apresentação de alguns atores importantes que influenciam as arenas políticas como a sociedade civil organizada, a mídia, as Organizações Internacionais e os conceitos de Paradiplomacia e Cooperação Descentralizada (CD). Em seguida, o segundo capítulo trata da relevância da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e das Agendas de Desenvolvimento Internacional (ODM/ODS/Agenda 21) disseminadas por atores relevantes do cenário internacional como a ONU e a OCDE. Também serão discutidas a atuação e relevância dos Movimentos Sociais e das ONGs. No terceiro e último capítulo são apresentadas duas breves contextualizações uma acerca da região amazônica e das mulheres amazônicas e outra sobre os feminismos na política nacional e internacional. Também conta com uma análise do feminismo descolonial a respeito das agendas de desenvolvimento internacional; uma exposição da ligação do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém com as Agendas de Desenvolvimento Sustentável e uma revisão dos órgãos políticos do Estado do Pará a fim de constatar se existem, ou não, políticas públicas, e se as Agendas de Desenvolvimento contemplam as necessidades e interesses das mulheres amazônicas. E, por fim, as considerações finais.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS, OS ATORES SOCIAIS E POLÍTICOS E A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA

Neste primeiro capítulo serão apresentados os conceitos de políticas públicas, sociedade civil, cooperação descentralizada e organizações internacionais. Discutimos também quem são os atores políticos e suas atuações fundamentais dentro da sociedade que influenciam o processo de criação e aplicação de políticas públicas – ciclo de políticas públicas – como podem transformar a vida da sociedade e, principalmente, impactar grupos e indivíduos historicamente invisibilizados pelo poder público.

2.2 O ciclo de Políticas Públicas: a Agenda e o modelo de Arenas Políticas

A análise de políticas públicas, como área do conhecimento, surge nos Estados Unidos com um foco não mais no papel do Estado, como na tradição europeia, mas com ênfase no papel dos governos. As políticas públicas, como ramo da ciência política, buscam entender como e por que os governos optam por determinadas ações (SOUZA; 2006). Segundo SARAVIA e FERRAREZI (2006), as políticas públicas são fluxos ou sistemas de decisões públicas que buscam manter o equilíbrio social ou modificar a realidade em vários setores da vida social, envolvendo diversos grupos no processo decisório, por meio da definição de estratégias necessárias para atingir os objetivos estabelecidos. Sua finalidade pode ser a consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, entre outros.

Ou ainda, segundo SOUZA, (2006, p. 26), pode-se resumir políticas públicas como o campo do conhecimento que busca “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas. De modo geral, políticas públicas envolvem diversos processos de tomada de decisão e de ações voltadas a atender certas demandas de certos grupos sociais. Elas possuem um objetivo bem definido e devem ser desenvolvidas da maneira mais democrática possível com a participação dos setores públicos, privados e da comunidade de modo que impactem diretamente vários setores da sociedade.

Já a formulação de políticas públicas é o estágio no qual os governos democráticos traduzem seus propósitos em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Dentro desse processo, não somente os governos participam, mas outros segmentos da sociedade se fazem presentes, isso a depender da influência de cada ator e dos interesses. Existem diversos modelos e formulações que definem as etapas para o processo de políticas públicas, que podem ou não acontecer seguindo uma certa ordem racional pré-

estabelecida, e que vão desde a identificação de um problema até a execução de uma possível solução. Um desses modelos é o do “Ciclo de Políticas”.

O ciclo de políticas públicas é um dos modelos mais tradicionais para explicar como surge uma política pública e todo seu o processo desde a formulação até a avaliação. Esse modelo define algumas etapas desse processo e retrata um tipo ideal e racional de planejamento da administração pública. SARAVIA e FERRAREZI (2006) e SOUZA (2006) definem de 6 a 7 etapas² para o processo de políticas públicas: O primeiro é o da formação da agenda, seguido pela elaboração; formulação; implementação; execução; acompanhamento e, por fim, avaliação.

Explicando brevemente os estágios do ciclo, a agenda é o processo que determina quando os fatos sociais ganham status de “problema político”, a elaboração identifica, delimita um problema atual e as alternativas para sua solução, avalia os custos e efeitos de cada uma das alternativas. Já a etapa da formulação é a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e marco jurídico, administrativo e financeiro.

A implementação constitui o planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos necessários para executar uma política, é a preparação para pôr em prática a política pública. A execução, por sua vez, é o conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política; o acompanhamento é o processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade que fornece informações necessárias para realizar correções e assegura o cumprimento dos objetivos; por fim, há a avaliação que é a mensuração e análise dos efeitos obtidos (SARAVIA, FERRAREZI; 2006).

Esses procedimentos caracterizam um ciclo racional e quase perfeito de criação e execução de políticas públicas, mas que muitas vezes não é cumprido tão sistematicamente devido às diversas variáveis e agentes influenciadores que mudam o curso do planejamento como o tempo, atores, recursos e jogos de poder presentes na arena política, e as etapas nem sempre acontecem continuamente. Sendo assim:

Políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram- se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando

² Apesar dos 7 estágios do ciclo de política pública, este trabalho se concentra nas etapas de formação da agenda e implementação.

postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006, p 26).

O ciclo de políticas públicas vê a política pública, por si só, como um ciclo deliberativo que passa por diversos estágios e consultas para enfim acontecer. Nesse processo, os fatos sociais ganham status de “problema público” levando pautas de interesse público para o centro do debate político. Nessa abordagem do ciclo, o estágio da agenda é muito enfatizado e nele são questionados por que algumas questões entram na agenda política e outras não.

E como os governos definem a sua agenda? A primeira resposta que esta abordagem nos oferece é focada nos problemas, ou seja, os problemas entram na agenda quando os identificamos e assumimos que devemos resolvê-los. A segunda resposta foca na política em si e na construção de uma consciência coletiva sobre determinado problema, por isso, o acesso à informação e comunicação são ferramentas indispensáveis que incentivam a participação e tornam o processo mais democrático. A terceira resposta foca nos participantes que podem ser visíveis, como partidos políticos, mídia e grupos de pressão e tendem a afetar e definir mais a agenda, e os invisíveis como acadêmicos e a burocracia que definem as alternativas (SOUZA, 2006).

A definição da agenda se dá segundo as dinâmicas das forças políticas, o que leva os atores políticos a terem muito interesse nesse processo. A depender da sua influência, alguns atores sociais podem fazer com que suas demandas sejam incorporadas aos itens da agenda política como temas e objetivos das autoridades públicas (PARADA, 2006).

Enquanto no modelo do Ciclo da política pública existem diversos estágios deliberativos, outro modelo possível para entender como surgem as políticas públicas é o modelo de “Arenas Sociais” que enfatiza o papel desempenhado por uma variedade de atores e a importância das suas interações.

Os dois modelos são, de certa forma, complementares. Eles caminham na mesma direção dando grande importância, não só aos fazedores de política – como aqueles que possuem os recursos para iniciar o processo de criação de uma política pública, como os governantes –, mas a outros atores sociais que apontam demandas que possivelmente entrarão na agenda política do governo como uma questão a ser resolvida para o bem social.

Nesse modelo, as políticas públicas são vistas como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos. Eles constituem a *policy-community*, comunidade de especialistas,

que são pessoas e/ou grupo de pessoas dispostas a investir tempo e recursos em questões específicas que irão atender às suas demandas no futuro. Através desses empreendedores, que colocam o problema na agenda pública, determinadas circunstâncias, antes invisibilidades, se transformam em um problema político, no qual a população se convenceu de que é preciso uma mobilização para a busca de uma solução. É o momento em que os *policy-makers* - fazedores de políticas/ autoridades políticas - passam a prestar atenção em certa questão. Para chamar a atenção dos fazedores de políticas públicas existem três mecanismos: divulgação de indicadores que sinalizam a dimensão do problema; eventos como desastre e a repetição do mesmo problema e o feedback que mostram as falhas da política atual em torno da questão (SOUZA, 2006).

2.3 Os atores políticos, a sociedade civil e sua atuação

E como definir a categoria dos “atores políticos”? Os atores políticos são os agentes que trazem novas demandas e novos problemas para o debate dentro da arena política, pressionando o sistema a encarar alguma questão como um problema político que exige uma solução. A participação dos atores políticos pode variar entre diversos níveis dentro da arena política, dependendo do tema em questão. Os seus papéis vão desde a realização de consultas, partilha de informações e participação nas decisões e na implementação de políticas (PARADA, 2006).

Eles podem ser classificados como atores públicos, privados ou internacionais e são identificados a partir do seu papel dentro da sociedade, a sua influência sobre ela e como afetam os processos políticos. Os atores públicos são aqueles que exercem funções públicas e mobilizam recursos para essa função. Os atores privados são atores que possuem muita capacidade de influência graças ao seu poder aquisitivo que afeta diretamente a economia do país, como as empresas (PARADA, 2006).

Outros atores importantes são os trabalhadores e os agentes internacionais. O poder dos trabalhadores resulta da ação organizada. Eles atuam através de sindicatos que eventualmente são ligados a partidos, ONGs e até mesmo a igrejas. Já os agentes internacionais, podem ser agentes financeiros – como o FMI –, organizações ou governos de países com os quais são mantidas relações de parceria que afetam a economia e a política interna de um país. Também existem os atores transnacionais, que atuam em escala global e possuem muito poder no mercado financeiro e nos meios de comunicação (RUA, 2014).

A mídia também tem um peso relevante graças ao seu papel de formadora de opinião, possuindo a capacidade de mobilizar a ação de outros atores. Três exemplos são os jornais, a televisão e as redes sociais. Esse ator tem um grande poder de formar a agenda de demandas públicas, pois chamam a atenção da sociedade sobre diversos problemas e facilitam o acesso à informação. Inclusive, são um recurso de poder e servem de ferramenta de atuação dos movimentos sociais e OIs para incentivar a mobilização social e exercer pressão nos governos, além de serem um canal de expressão de interesses que dá voz a atores marginalizados. É possível identificar a atuação política desses atores a partir dos seus interesses, benefícios e insatisfações, em uma política em questão (RUA, 2014).

Os atores que pretendem influenciar ativamente na agenda governamental devem estar sempre atentos e organizados para aproveitar as oportunidades de criar uma pauta política e usar da melhor maneira os seus recursos de poder sobre determinada situação. A formulação de uma política pública é, constantemente, influenciada pela demanda dos seus atores. Os diversos agentes entram em confronto entre si quando colocam claramente as suas preferências e interesses no jogo político. Cada um, à sua maneira, possui influência, capacidade de afetar e modificar o sistema, recursos, meios de persuasão e mobilização e as suas preferências são alternativas de solução para um problema de acordo com os benefícios de cada grupo. Assim, só se entende o processo de formulação e implementação quando os problemas políticos são definidos e as preferências dos atores em relação a isso são identificadas (RUA, 2014).

Segundo RUA (2014), a implementação de políticas públicas pode ser entendida como um conjunto de ações realizadas por um grupo ou indivíduos, de natureza pública ou privada, direcionadas para a realização de objetivos pré-estabelecidos. A implementação se inicia quando um “estado de coisa” – algo que gera insatisfação em determinado grupo de indivíduos, mas não chega a constituir um item da agenda governamental, pelo fato de que existem barreiras culturais e institucionais que impedem o debate público do assunto e não chega a mobilizar as autoridades governamentais – vira um “problema político”. Em outras palavras, quando alguma questão passa a preocupar as autoridades e se torna uma prioridade na agenda governamental.

Um estado de coisas geralmente se transforma em problema político quando mobiliza ação política que pode corresponder a ação de coletividades, assim como defende o modelo de “Arenas Sociais” (RUA,2014). Por isso, a participação da sociedade civil organizada dentro dos processos políticos é fundamental para o bom funcionamento da democracia.

O conceito de “sociedade civil” pode ser remetido à filosofia política grega que se referia a uma sociedade governada por regras, na qual o governante coloca o bem público acima de seu interesse privado. Esse conceito reapareceu nos Séculos XVII e XVIII juntando também as teorias de direitos individuais, a ideia de contrato social e igualdade humana. Mais adiante, nos anos 1970 e 1980, ele volta a ter força, nacional e internacional, dado o contexto de ditadura militar e redemocratização na América Latina e os regimes comunistas e reivindicações por direitos civis e políticos nos países do Leste Europeu. Assim, a sociedade civil ganha força devido à emergência de novos espaços públicos e autônomos de discussão e luta social e como um meio de emancipação e extensão democrática (KALDOR, 2003).

A sociedade civil é composta pelos indivíduos e pelo conjunto de movimentos sociais e/ou organizações voluntários, sem fins lucrativos, cívicos e que possuem uma lógica própria distintos do mercado e dos Estados e que se envolvem na implementação de políticas públicas (AVRITZER, 2012). A sociedade civil ajuda no bom funcionamento da democracia, pois incentiva a coesão e participação social criando um espaço para os indivíduos se comunicarem e agirem independente do Estado, governo ou capitalismo. Pode ser entendido como um lugar de socialização, interação social e atividades públicas.

Para Paredes (2006) por meio da participação de indivíduos ou grupos, os agentes sociais podem influenciar, estar presentes na agenda pública e na formulação, execução e avaliação de políticas públicas. Por isso, estes atores são fundamentais no processo de transformação social e processos decisórios das políticas públicas, pois oferecem oportunidade de participação e engajamento dos cidadãos.

Existem diversas vantagens da participação da sociedade civil dentro desse processo decisório das políticas públicas como uma distribuição mais igual de poder, maior visibilidade para os problemas sociais, há a capacidade de aumentar a eficiência das políticas públicas e também dar maior transparência ao sistema político (PAREDES, 2006).

Além disso, essa participação é uma forma de fortalecer a democracia e expressar as demandas de diferentes grupos sociais. Essa aproximação entre autoridades governamentais e comunidade oferece uma resposta mais eficaz e maior transparência na prestação de contas e de serviços à população, que se torna mais responsável pelas mudanças no âmbito da esfera política e, com isso, cada vez mais organizada e participativa (RUA, 2014).

Neste caso, a sociedade civil seria o instrumento pelo qual seria possível a garantia e a consolidação de direitos sociais, políticos e culturais. É fundamental que ela seja ampliada, ultrapassando os limites da democracia representativa, e assim criar canais de participação direta dos cidadãos na gestão, fiscalização e formulação de políticas públicas. A ampliação dos direitos sociais e políticos, fruto das lutas dos movimentos e organizações sociais da sociedade civil, seria o caminho para o aperfeiçoamento e consolidação da democracia (SARAVIA, FERRAREZI; 2006). Pois, as políticas públicas, em uma democracia, acontecem graças a ação coletiva e distribuição de bens coletivos (ARROW, 1951 apud SOUZA, 2006).

Essa esfera pública de cidadania, promovida pela sociedade civil, é importante por dar visibilidade à diversidade de movimentos e organizações sociais que possuem diversas pautas importantíssimas como meio ambiente, às etnias, questões de gênero, classe, sexualidade etc., o que alarga o horizonte dos conflitos e das disputas ideológicas na sociedade civil. Mas, é preciso cautela para que essa pluralidade não reduza a sociedade civil em movimentos cada vez mais fechados em si e corporativistas, como deseja o ideal neoliberal (DURIGUETTO, 2008).

2.4 As Organizações Internacionais

Assim como a sociedade civil, as Organizações Internacionais (OIs) podem ser importantes difusoras de políticas no plano nacional. Elas são organismos intergovernamentais criados, mantidos e financiados pelos governos, Estados e entre nações, de caráter permanente e formal, dotado de personalidade jurídica no plano internacional, e atuam na coordenação de ação coletiva entre países a fim de alcançar objetivos em comum entre seus membros (HERZ, 2004).

As OIs, tem a capacidade de legitimar os Estados no cenário internacional. Também têm o poder de difundir políticas públicas, seja por difusão ou por transferência, ou seja, o processo por meio do qual um ator adota uma política baseada em algo sugerido ou já praticado em outra localidade, e/ou período do nível internacional para o ambiente doméstico de outros Estados. De modo geral, para difundir essas políticas, as OIs utilizam alguns instrumentos e recursos para tal. Elas possuem, em sua composição, um quadro de funcionários e técnicos muito capacitados para auxiliar nas negociações, coletas de dados e pesquisas científicas, ou seja, tem expertise em diversos temas o que ajuda na confiança em sua capacidade de ação. A partir disso, conseguem difundir normas e técnicas ao redor do mundo e influenciar na tomada

de decisão nos Estados nacionais em relação às mais diversas políticas públicas (CARVALHO; FARIA, 2021).

Ademais, possuem ferramentas que conseguem fazer com que os Estados adotem práticas, que elas consideram eficazes, para determinado objetivo, seja internacional ou nacional. E depois, elas fiscalizam esses processos por diversos meios. Se destaca também o papel dos seus funcionários em convencer os *policymakers* a adotarem certas práticas e os ensinam a implementá-las; elas também produzem rankings na imposição de padrões para a adesão de novos membros e na promoção de interação entre atores (através de conferências); existe ainda o poder de coerção (por meio de sanções ou força militar) e, por fim, o papel de auxílio financeiro como impulsor da difusão de políticas públicas.

Essas difusões de políticas podem ocorrer por aprendizagem – quando os atores adotam práticas por vontade própria –, ou por coerção – através de sanções impostas pelas OIs. Também pode ser em busca de legitimidade – emulação – ou pela competição na busca de incentivos – competição (CARVALHO; FARIA, 2021). A partir disso, as OIs conseguem facilitar a comunicação entre os atores e, conseqüentemente, a difusão e adoção de determinadas práticas.

A partir de sua organização, as OIs têm atuado em diversos temas ao redor do mundo e para afetar as políticas públicas adotam certas maneiras de atuação. Levando em consideração um dos seus principais objetivos que é maximizar a eficiência e a eficácia de sua atuação, esses instrumentos podem ser divididos em cinco categorias, de acordo com a tipologia proposta por Jakobi (2009). São eles: disseminação discursiva, formação de padrões, funções coordenativas, meios financeiros e assistência técnica.

A disseminação discursiva abarca a transmissão de boas práticas, em diversas temáticas, para que os *policy-makers* dos Estados ou até mesmo os próprios cidadãos, organizações não-governamentais as incorporem, também conhecido como *enforcement* (incluindo a ideia de *namingand shaming*³). A partir disso, essas ideias se institucionalizam e se tornam padrões que serão aplicados por outros Estados, o que mostra a habilidade de regulação das OIs. Após o estabelecimento de padrões, as organizações internacionais passam a monitorar a adoção deles, o chamado *management*.

³Instrumento através do qual uma OI expõe ao escrutínio público atores que não estejam agindo conforme determinado por seus padrões (JOACHIM; REINALDA e VERBEEK, 2008)

Através das suas funções coordenativas, podem propor sanções aos Estados que descumpram seus padrões estabelecidos. E, para incentivar os Estados a implementarem as políticas propostas, as OIs utilizam dos meios financeiros para auxiliá-los, através de doações ou empréstimos. Por fim, elas também prestam assistência técnica, ou *approach normativo*, a um ator com a intenção de reforçar suas capacidades para conseguir que ocorra a implementação de determinada medida (CARVALHO; FARIA, 2021).

2.5 A Cooperação Descentralizada

A Cooperação Descentralizada, termo criado pela Comissão Europeia em 1989, no contexto do 4º convênio de Lomé entre as comunidades europeias e seus parceiros de África, Caribe e Pacífico, é um conceito que surge da extensão da discussão sobre paradiplomacia, sendo que ambos são considerados formas de atuação internacional de entes subnacionais, podendo ser entendidos como um conjunto de regras, normas e arranjos institucionais – assim como, no nível de análise do Estado, também são considerados políticas públicas em processo de consolidação. Mónica Salomón (2012) define a Cooperação Descentralizada como:

as ações e políticas de cooperação para o desenvolvimento realizada por governos subnacionais (municípios, províncias, estados) através do estabelecimento de contatos bilaterais ou multilaterais com outros governos subnacionais considerando “autores autônomos, politicamente independentes, com competências técnicas nas áreas de gestão local de políticas urbanas, com responsabilidade em coesão social e desenvolvimento de sua sociedade local” (SALOMON, 2012. p.9).

A Cooperação Descentralizada (CD) é um dos principais componentes da Paradiplomacia⁴ e pode ser entendida como uma dimensão desta assim como também pode ser entendida como uma variação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). As origens da CID:

remontam a um mundo do pós-Guerra composto pelos países ocidentais capitalistas, os países do bloco comunista, e um conjunto de países que ficou conhecido como terceiro mundo [...] e dependiam de assistência externa para sustentar suas economias e a construção de suas instituições nacionais. A partir dos anos 1960, os países-membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – cujas origens remontam à CID na forma do Plano Marshall –, passaram a ser conhecidos como doadores tradicionais, conquanto os países do chamado terceiro mundo – ele mesmo um grupamento altamente heterogêneo – eram identificados como recipiendários (MELLO; SOUZA, 2014. p. 13-277).

⁴ Termo cunhado por Panayotis Soldatos (1990) e Ivo Duck (1990). O prefixo “para” de paradiplomacia se refere a diplomacia “paralela” e tem uma conotação de subordinação e inferioridade em relação à política externa nacional que não capta muitos aspectos da atividade externa dos governos subnacionais (SALOMÓN, 2012).

A atuação cada vez mais potente dos entes subnacionais no cenário internacional tem consolidado a ação de política externa subnacional com certa autonomia. Isso tem levado a uma implementação de políticas multinível de cooperação contando com todos os níveis de governo nos países doadores e receptores, juntamente com a participação de atores da sociedade civil (SALOMON, 2012). A Cooperação Descentralizada, dentro da CID, praticada por esses atores, envolve a formação da agenda pública que tem como foco o desenvolvimento regional e esse é um dos principais objetivos da atuação desses entes subnacionais no cenário internacional e, por isso, por se tratar de cooperação para o desenvolvimento é dito, aqui, como um termo chave.⁵

Atualmente, grande parte dos governos estaduais e prefeituras participam de projetos de cooperação descentralizada, bilaterais e/ou multilaterais. Alguns possuem estruturas específicas de gestão de cooperação, como secretarias e assessorias, e outras áreas de paradiplomacia além da cooperação como a captação de recursos de agências públicas internacionais e a promoção econômica internacional. De acordo com Salomon (2012), o principal objetivo da maioria das estruturas subnacionais envolvidas na gestão da Cooperação Descentralizada brasileira é organizar as ações de cooperação oferecidas pelos governos interlocutores, seguindo a lógica Norte (doadores)- Sul (receptor). Porém, alguns governos estão quebrando essa lógica e investindo em prestação de cooperação técnica.

Existem algumas funções que se destacam nesse movimento de Paradiplomacia/ Cooperação Descentralizada praticada pelos entes subnacionais. De acordo com SALOMON (2012), as principais funções identificáveis são três: cooperação internacional, captação de recursos e promoção comercial e econômica. Praticamente todas as estruturas institucionais (assessorias, secretarias etc.) de unidades subnacionais com atividade externa ativa se ocupam de cooperação internacional, bilateral e multilateral, e podemos apontar essa com a área principal da agenda paradiplomática brasileira.

Essa procura por recursos internacionais através da apresentação de propostas para o financiamento internacional de infraestruturas locais ou de projetos de utilidade social é considerada um componente fundamental da paradiplomacia e tem sido muito comum entre os países em desenvolvimento, como o Brasil. Desse modo, uma das principais atividades, que é parte considerável da burocracia paradiplomática de atuação dos escritórios municipais ou

⁵Neste trabalho, a base para o entendimento da atuação dos entes subnacionais internacionalmente será através da Cooperação Internacional que está diretamente ligado à CID e aos ODS da ONU, que serão tratados mais adiante.

regionais de relações internacionais, é a função de buscar fontes de financiamento e negociar empréstimos internacionais com doadores potenciais (SALOMÓN, 2012).

As práticas de CD nos governos subnacionais brasileiros, tem se consolidado, além das motivações gerais já apresentadas, graças ao crescente processo de participação das autoridades locais brasileiras nas práticas mundiais de Cooperação Descentralizada e os arranjos institucionais que divulgam essa prática e devido a compatibilidade entre a filosofia da CD e o projeto de política externa (com ênfase na cooperação sul-sul) e de desenvolvimento nacional da administração Lula, que influenciou muitos gestores adotarem essa prática (SALOMON, 2012). A CD tem um importante papel dentro da dinâmica de cooperação sul-sul do Brasil.

Na Europa e nos EUA, as atividades de cooperação descentralizada se concentram fundamentalmente em proporcionar ajuda para as comunidades do Sul, e existem normalmente grupos organizados da sociedade civil, como ONGs, que pressionam as autoridades e oferecem cooperação e frequentemente colaboram com as autoridades na gestão de projetos. Já no Brasil, e no Sul em geral, são as próprias autoridades municipais ou estaduais que aceitam ou rejeitam propostas de cooperação com contrapartes estrangeiras. Quando há algum envolvimento de grupos de cidadãos locais, este é posterior, acontecendo na fase de implementação do projeto de cooperação (SALOMON, 2012, p. 327).

Geralmente, quando há um governo local muito ativo na agenda internacional, existe um movimento de cidadãos bem-organizado que escolhe atuar através de canais oficiais para atrair a atenção e dar legitimidade a sua mensagem. Por isso, é válido dizer que um agente motor da inserção internacional dos governos subnacionais é o ativismo de movimentos sociais bem-organizados (SALOMÓN, 2002).

Segundo a autora, um problema é que as práticas de CD no Brasil contam com pouca ou nenhuma participação da sociedade civil articulada. Quando não há mobilização de movimentos locais, que não canalizam suas iniciativas através do governo municipal, temas como ajuda humanitária, concessão de refúgio, direitos humanos, proteção ao direito das mulheres, por exemplo, acabam não fazendo parte da paradiplomacia de um dado governo municipal (SALOMÓN, 2002). A falta de uma sociedade civil forte por trás da atuação internacional dos governos subnacionais dificulta a sua projeção como destinos atrativos para a Cooperação Descentralizada já que a parceria com a sociedade civil pode ser um diferencial atrativo para eventuais parcerias.

A partir dessas colocações, podemos perceber que os governos subnacionais têm uma grande possibilidade de atender as demandas e especificidades locais, seja em relação ao estado

e/ou municípios, através da atuação política internacional, desenvolvendo agendas pensadas, especialmente, para a melhoria da sua população. Quando esse agente desenha e implementa suas políticas, leva em consideração e é influenciado pelas demandas e necessidade dos outros atores que fazem parte da sociedade civil, como movimentos de cidades ou de empresas, por isso, tem a vantagem de intervir de forma mais assertiva e eficiente nos problemas sociais da sua população.

No entanto, um dos principais fatores que explicam o envolvimento direto de governos subnacionais em política externa são as competências que um governo subnacional possui dentro do marco político nacional, garantidas ou não pela Constituição. Pelo fato de terem cada vez mais responsabilidades em garantir o desenvolvimento regional, essa possibilidade de ações descentralizadas faz com que os entes subnacionais desenvolvam suas próprias políticas econômicas e a partir disso buscam investimentos externos e a promoção de suas empresas e comércio no exterior (SALOMON, 2012).

Além de desenvolver uma agenda de cooperação técnica e política em temas que são de sua responsabilidade como meio ambiente, gestão urbana, educação, a partir da parceria com outros atores internacionais, buscam recursos de agências internacionais para desenvolvimento e implementação de projetos sociais, mecanismo que gera uma agenda diplomática a ser seguida. Dado essas colocações, os governos subnacionais encaram a diplomacia como um meio para conseguirem garantir suas necessidades imediatas não atendidas por outros meios (SALOMÓN, 2002).

Como já mencionado, as políticas públicas podem ser moldadas por diversos fatores e grupos de interesses. Um elemento importante dos desenhos das políticas é a possibilidade de delegação de responsabilidades para órgãos independentes nacionais, mas também internacionais. Isso acontece graças ao alto grau de credibilidade, poder de mobilização e competência técnica que esses agentes possuem e por não estão submetidos às incertezas dos ciclos eleitorais, por exemplo (SOUZA, 2006).

A sociedade civil, as OIs e os entes subnacionais são exemplos de agentes que têm capacidade técnica de influenciar as etapas do ciclo de políticas públicas, ou seja, possuem um recurso fundamental para transformar um “estado de coisa” em um problema político e assim incentivar o poder público a desenvolver uma agenda governamental mais democrática e assertiva, com a criação de políticas públicas que irão atender as demandas locais de grupos,

historicamente, vulnerabilizados e invisibilizados pelo Estado. E, segundo SALOMÓN (2002) o papel da sociedade civil articulada e de ONGs é fundamental para as práticas de cooperação descentralizada e a criação de uma agenda de CD, pois contribuem na formação e gerenciamento de projetos assim como na obtenção de fundos de financiamento.

Desse modo, fica ainda mais evidente o papel fundamental desses agentes, que são fundamentais para as práticas da CD, pois possuem potencial impacto dentro desse processo de formulação de políticas públicas e modificação da agenda política por meio dos seus recursos de poder, especialmente a competência técnica, que legitimam as suas ações presentes ao longo de todo o ciclo de produção dessas políticas.

As tomadas de decisões dentro do jogo político são um processo contínuo de alocação de recursos influenciados por certos horizontes históricos. As tomadas de decisões hoje estão condicionadas e limitadas pelo comprometimento de recursos de algum momento passado, que acabam dificultando uma mudança radical, mesmo aquelas essenciais. Esta limitação imprime a característica de gradualidade ao processo de tomada de decisões (RUA, 2014).

Por muito tempo, políticas públicas para mulheres eram impensáveis e marginalizadas, assim como políticas públicas que, verdadeiramente, fossem criadas para promover o desenvolvimento humano da região Amazônica que desde sempre sofreu com interferências e expropriação em seus territórios e estilo de vida. O fato de, historicamente, esses grupos não terem sido contemplados com políticas públicas de assistência social caracteriza a negligência com a sua qualidade de vida e a dificuldade de implementação dessas políticas atualmente.

Mas, a responsabilidade pela dificuldade e eventual falta de políticas específicas para os dois casos não pode recair apenas sobre os processos históricos e recursos escassos (RUA, 2014) é preciso levar em consideração o sistema que vivemos – capitalista, racista, patriarcal – que valida interesses de certos atores políticos em não mudar essa situação para a continuação da exploração sistêmica.

Diante disso, fica clara a necessidade de atender as demandas, muitas vezes desconhecidas pelo poder público, desses grupos e comunidades há muito tempo invisibilizados e cabe, não só aos agentes públicos, meios e recursos para tal, como também é indispensável a organização e envolvimento da sociedade em participar mais ativamente deste processo para que ele seja o mais democrático possível e assim, contemple as especificidades que a população local exige para ter uma vida digna e de qualidade.

3.A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO, AS AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL E A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS ONGS

Neste capítulo serão expostos os conceitos referentes à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e seu impacto no cenário internacional assim como os conceitos de movimentos sociais e ONGs e a sua influência no processo de políticas públicas, a caracterização da agenda de desenvolvimento sustentável na ONU e sua importância na agenda governamental dos Estados e entes subnacionais.

3.1 A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID):

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, para Carlos Milani (2018), se baseia na premissa de que este é um campo fundamental das relações internacionais. Por mais que não fosse uma prioridade, tem certo destaque em alguns momentos históricos e sempre esteve presente nas diversas ordens internacionais. Se fez presente, por exemplo, no pós segunda guerra, passando pelo pós-guerra fria e mais recentemente, início do Século XXI, na ação dos países emergentes em usar esta ferramenta em suas agendas políticas para buscar mudanças nos padrões de relacionamento entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A CID:

se difundiu na sociedade global por meio de organizações internacionais e intergovernamentais, agências estatais e Estados. Primeiramente, institucionalizou-se nas Nações Unidas, momento em que os Estados do Norte se comprometeram a transferir, por meio das agências multilaterais, conhecimentos técnicos e recursos destinados à modernização de países pobres e subdesenvolvidos. Esse comprometimento se justifica por relações de interesses e poder, nas quais os atores envolvidos competem por autoridade, reconhecimento e recursos materiais (PEREIRA, 2021, p. 159).

De fato, até mesmo na época das colônias já era praticado como forma de camuflar as desigualdades e relações de dominação entre metrópoles e suas colônias. Embora o autor saiba que as relações entre as metrópoles e colônias são diferentes dos arranjos da cooperação internacional, ele traça um paralelo entre os dois fenômenos.

Em seu livro *Solidariedade e Interesse: Motivações e estratégias na cooperação internacional para o Desenvolvimento*, Milani (2018) entende a CID como uma das dimensões/ campos/ partes da política internacional e não apenas um fenômeno esporádico. A cooperação, dentro do marco da CID, é considerada uma prática institucional e política dos Estados e demais atores da política internacional. Mas, uma das críticas que o autor faz a isso, diz respeito ao

fato dessa institucionalização ser pautada nas desigualdades do regime internacional, que para ele, significa uma restituição da condição colonial, visto que uma das principais características da CID é essa “parceria” entre os países doadores, representados em sua maioria pelos países do Norte global ou desenvolvidos, e os receptores, os países do Sul global ou em desenvolvimento (MILANI, 2018).

Em contraponto, o autor acredita ser positiva a existência de diferentes organismos multilaterais de cooperação internacional, pois isso abre mais espaços de voz e protagonismo para os países em desenvolvimento nas agendas políticas exclusivas dos países desenvolvidos.

A CID:

é considerada um campo político - portanto, necessariamente, permeado por relações de poder - em que inúmeros atores competem por legitimidade, reconhecimento e recursos materiais, articulando três dimensões principais: (1) a capacidade de agência dos Estados e, a seguir, das corporações transnacionais e dos atores não governamentais; um conjunto de normas geradas e difundidas (ou, em alguns casos, prescrita) por organizações internacionais; (3) a crença compartilhada de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seria a melhor solução para as contradições e as desigualdades geradas pelo capitalismo no plano internacional. Nesta definição de CID, inserem-se tanto às práticas tradicionais e históricas de países do Norte, quanto às experiências emergentes de países como China, Índia, Turquia, Brasil e México (MILANI, 2018, p. 23).

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, muito antes de sua institucionalização no pós-guerra, já existia através das ajudas humanitárias pontuais ou através do apoio para o desenvolvimento das colônias e projetos de assistência técnica desde o início da década de 1940. Com a sua institucionalização passou a configurar práticas, agendas, normas e comportamento dos atores e o modo como os Estados atuam no sistema internacional e não apenas experiências pontuais movidas por diversos interesses, desde políticos até humanitários.

Apesar de bastante institucionalizada, não constituiu um regime internacional nos moldes dos Direitos Humanos, por exemplo, mas desempenha um relevante papel na difusão de agendas, na legitimação dos ideários, cooperando na implementação de projetos, definindo mecanismos de monitoramento e controle e, algumas vezes, na organização de movimentações contra as práticas e os discursos hegemônicos (MILANNI, 2018).

Assim como Milani (2018), Pereira (2021) também entende a CID como um campo político, ou seja, rodeado por relações de poder de atores como as OIs, Estados, ONGs, entidades do mercado, que competem por legitimidade, reconhecimento e recursos materiais. O próprio desenvolvimento internacional assume um lugar de regra no sistema internacional,

pois lhe é conferida a capacidade de modificar uma estrutura social por meio de práticas regidas por um conjunto de regras e procedimentos que viabilizam a realização da cooperação (PEREIRA, 2021).

A lógica utilizada pela autora⁶ consiste em identificar diferentes padrões cognitivos que orientam o entendimento e inserção na realidade, desses padrões, constituídos por princípios, regras e valores compartilhados pelos agentes. Dentro desses padrões, ainda, existem ideias dominantes e ideias dominadas - que devem ter autoridade e legitimidade - e quando uma domina a outra é porque um dos agentes (dominadores) conseguiu moldar a realidade deixando difícil aos seus oponentes (dominados) desconstruí-las.

É isso que acontece no desenvolvimento internacional no campo da CID, no qual, desde sua formação, as relações de cooperação entre países do Norte e países do Sul foram estabelecidas com o Norte global prestando ajuda e repassando modelos de desenvolvimentos próprios para outros países e tudo isso rodeado por interesses, preferências e objetivos orientados por questões políticas, econômicas, humanitárias e de segurança. Assim, pode-se dizer que as organizações, no campo político da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, atuam como “professores” de normas, contribuindo para a socialização dos Estados na aceitação de valores e preferências (BARNETT e FINNEMORE, 1996 apud PEREIRA, 2021, p. 161).

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento foi por muitos anos identificada como a Cooperação Norte/Sul justamente porque a sua concepção de cooperação se deu como um modelo dos Estados capitalistas para os Estados em desenvolvimento em forma de ajuda condicionada ao cumprimento e respeito aos Direitos Humanos, erradicação da pobreza, desenvolvimento, entre outros objetivos. A CID tem impacto direto na agenda das políticas públicas formuladas e implementadas nos países que recebem ofertas de cooperação. E, como instituição, parte de uma classificação de mundo dividida entre países desenvolvidos (doadores) e países em desenvolvimento (receptores) colocando o desenvolvimento internacional em uma lógica universalizante que é apenas incorporada nas agendas políticas dos governos que seguem e reproduzem princípios do livre mercado (PEREIRA, 2021).

Os países receptores da cooperação se tornaram campo de políticas públicas de reformas modernizantes que os permitam ascender ao grupo das nações ditas modernas – ou desenvolvidas. Assim, é nessa lógica e mobilizando argumentos de alguns autores (BENDIX, 1996) (RIST, 2008) (MILANI, 2018) que se pode dizer

⁶ Inspirada nos termos de Bourdieu (1983).

que a CID desempenha, ao mesmo tempo, o papel integrador e legitimador dos ideários do capitalismo e da modernização social (PEREIRA, 2021, p. 163).

Como a CID é entendida como um campo político nas RI estando, conseqüentemente, cercada pelas relações de poder e, dentro desse campo, existem algumas forças muito perceptíveis. Podemos citar as forças associadas ao conhecimento profissional, representada pelas Organizações Internacionais. Outra força são as instituições com princípios de mercado que disponibilizam créditos de financiamento, como o Banco Mundial e, por fim, a categoria das tecnologias infra estruturais associadas ao conhecimento econômico emergente, também representadas pela ONU e pela OCDE (PEREIRA, 2021).

Em um dado momento houve disputa política entre as instituições como Banco Mundial, ONU e OCDE, que iriam ou não se “responsabilizar” pelas questões do desenvolvimento internacional, tanto no campo técnico como no campo financeiro (PEREIRA, 2021).

O Banco Mundial capitalizava suas capacidades financeira e técnica por meio da implementação e do financiamento de projetos de modernização social e redução da pobreza. As Nações Unidas, como meio de fortalecimento de seu vínculo com os países beneficiários da CID, utilizaram seu capital técnico para a construção daquilo que deveria ser a agenda de ação para a implementação de diretrizes de promoção do desenvolvimento. Assim, enquanto o Banco Mundial contava com recursos financeiros e técnicos para implementar intervenções de promoção do desenvolvimento, a ONU contava com o capital técnico capaz de estabelecer e indicar diretrizes daquilo que deveria ser o conteúdo desse desenvolvimento. No entanto, apesar de apresentar boa capacidade de proposição, a ONU possuía limitações para a implementação de suas propostas devido à escassez de recursos (PEREIRA, 2021, p. 165-166).

Por um certo período, a CID era coordenada pelo Banco Mundial e pela OCDE, um devido às suas capacidades técnicas e financeiras de gerenciar e alcançar resultados e outro pela atividade de coordenar o rol de agentes doadores, os fluxos permitidos e o padrão de políticas a serem implementadas, respectivamente. Segundo PEREIRA (2021), isso vai evidenciar a assimetria decisória dentro desses órgãos que também se faz presente na dinâmica do sistema internacional.

Assim, a tradicional dinâmica institucionalizada no âmbito da CID – em que os países do Norte são ofertantes e os países do Sul, recebedores – não foi algo casual, mas fruto de uma batalha política. O processo decisório interno ao Banco Mundial e à OCDE que guia os procedimentos de como devem ser feitos os aportes de recursos, reproduz-se no próprio sistema internacional e se torna mandatário da própria dinâmica da CID. Tanto Banco Mundial, quanto OCDE, assumiram controle do rol de doadores, maneira de empenho dos recursos financeiros, lógica de formulação das políticas a serem implementadas, bem como estratégias de monitoramento e avaliação das mesmas (PEREIRA, 2021, p.167).

Segunda a mesma autora e Sachs (2005), na agenda da CID as metas de desenvolvimento estavam sob a responsabilidade dos países do Norte por meio da AOD⁷, desse modo, podemos dizer que o que coordena a CID é o poder financeiro dos países desenvolvidos e por isso eles são os dominadores e conseguem repassar o seu modelo de desenvolvimento, de acordo com seus interesses, sobre os demais países. Por isso, o Banco Mundial e a OCDE são atores chaves dentro desse campo (PEREIRA, 2021).

Após esse momento, e as mudanças estruturais nos parâmetros de medir e entender o desenvolvimento, com a implementação do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - sobre o PIB ressaltando assim a dimensão multidimensional do desenvolvimento, as Nações Unidas acabaram ganhando protagonismo e assumiram essa posição de liderança, por meio dos ODMs (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). A partir disso, a ONU começa a gerenciar instrumentos necessários para a implementação dos programas de políticas públicas. Porém, esse não foi um processo amplamente discutido, pois não problematizou as principais tensões presentes na relação Norte/Sul.

Após apresentar seus poucos resultados com as ODMs, a ONU lança uma nova agenda de desenvolvimento, em 2015, chamada Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ou seja, houve uma diversificação da agenda da ONU com a ampliação das temáticas que agora incluíam assuntos de mudanças climáticas, difusão de finanças, redução da pobreza, por exemplo, possibilitando uma nova forma de implementar políticas públicas nos países do sul (PEREIRA, 2021).

3.2 Os ODS e o surgimento da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030

Os ODMs (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) são precursoras dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O seu teor foi articulado pela OCDE com a participação das Nações Unidas e se desenvolveram a partir da influência das seguintes conferências: Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (1992), Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (1993), Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994), Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995), Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos – Habitat II (1996) (PEREIRA, 2021). Os ODMs ainda apresentam um antecedente:

⁷ AOD é Ajuda Oficial para o Desenvolvimento, presente na estrutura da OCDE.

Os vários documentos produzidos a partir das conferências realizadas pela ONU ao longo dos anos 1990 se tornaram referência para a produção do *Shaping the 21st Century – the Contribution of Development Co-operation*, organizado pela OCDE e adotado na Quarta Reunião de Alto Nível do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, em 1996. Esse documento, produzido pela OCDE, ofereceu subsídios para que uma publicação conjunta entre OCDE, ONU, FMI e Banco Mundial fosse feita: a *Better World for all*, considerada uma prévia dos ODMs em termos de conteúdo e proposta de agenda de desenvolvimento (PEREIRA, 2021, p. 171).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁸ surgiram da Declaração do Milênio das Nações Unidas⁹, adotada por 191 Estados-membros no dia 8 de setembro de 2000 que envolvia, majoritariamente, os países desenvolvidos. Segundo documentos da Secretaria Geral da Presidência da República e da FioCruz¹⁰, os ODMs surgiram dos compromissos assumidos por vários governos signatários de criar uma agenda mundial de metas com objetivos de alcançar o desenvolvimento humano por todos nos níveis global e local. A partir da Declaração do Milênio foram definidos 8 objetivos que são: 1. Acabar com a fome e com a miséria; 2. Educação Básica de qualidade para todos; 3. Igualdade entre os sexos e valorização da mulher; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde das gestantes; 6. Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8. Todo mundo trabalhando para o desenvolvimento.

Já os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹¹ são a agenda de desenvolvimento pós-2015, uma vez que se constroem sobre o legado dos ODM e, conforme anuncia a própria ONU, devem concluir o que os ODM não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (United Nations)

As ODS acabaram sendo uma forma da ONU assumir protagonismo, junto à OCDE, na agenda de desenvolvimento internacional que, mesmo não sendo tão discutida, aumentou o leque de temáticas fundamentais a serem incorporadas nas agendas políticas, passando a interligar o desenvolvimento sustentável ao desenvolvimento humano, influenciando nas

⁸ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 26 de abril de 2022.

⁹ A Declaração do Milênio das Nações Unidas é um documento histórico para o novo século. Aprovada na Cimeira do Milênio – realizada de 6 a 8 de setembro de 2000, em Nova Iorque –, reflete as preocupações de 147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países, que participaram na maior reunião de sempre de dirigentes mundiais (Cimeira do Milênio. Nova Iorque, 6-8 de setembro de 2000).

¹⁰ <http://www.fiocruz.br/omsambiental/media/ODMBrasil.pdf>

¹¹ <https://sdgs.un.org/2030agenda>

questões do fortalecimento dos diálogos entre os países do Sul através do multilateralismo difundido pela ONU (PEREIRA, 2021).

Como citado no capítulo anterior, a disseminação discursiva é um dos principais instrumentos utilizados pelas OIs na disseminação de políticas públicas. Exemplos disso são os ODMs – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) – que, assim como os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015), fazem parte de uma agenda governamental. Uma agenda governamental tem a capacidade de pautar prioridades governamentais, tanto em nível nacional como subnacional. Já uma agenda pública acontece quando um OI promove campanhas de sensibilização sobre causas específicas, como por exemplo o problema da violência doméstica (CARVALHO; FARIA, 2021).

A Agenda 2030, entendida como um plano de ação que propõe estratégias globais de desenvolvimento sustentável pelo período de 15 anos, lista os 17 ODS que contemplam as dimensões social, ambiental e econômica de forma integrada e indivisível ao longo de todas as suas 169 metas (RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. BRASIL, 2017). Ela é resultado de anos de consulta pública com a sociedade civil e outras partes interessadas em todo o mundo. Segundo a própria Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 30 e/ ou ODS) os Estados signatários se comprometeram em:

[..] entre agora e 2030, acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais. Resolvemos também criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais (Agenda 30/ONU).

Essa é uma agenda aceita e aplicada a todos que tem como foco a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e aspectos, sendo essa a principal força motora para alcançar o desenvolvimento sustentável. São metas que envolvem todos, sejam países desenvolvidos ou em desenvolvimento (Agenda 30/ONU). É importante frisar que ela leva em conta as diferentes realidades nacionais e níveis de desenvolvimento e esse é um compromisso de cada Estado, em especial, o governo brasileiro que, a partir desse marco, assumiu esse compromisso e traçou estratégias internas de implementação e difusão dessa agenda.

De acordo com o Relatório Nacional Voluntário Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹² (2017), o Estado brasileiro buscou maneiras de estruturar, coordenar e internalizar a agenda 2030, levando em consideração as diversidades regionais, o plano de desenvolvimento nacional e as condições socioeconômicas e ambientais do país, como incentivo para o aperfeiçoamento da gestão pública e para a consolidação de políticas que transformem e melhorem o país tendo os governos subnacionais e a articulação e mobilização da sociedade civil como ferramentas essenciais para a consolidação desses objetivos.

Levando em conta os diferentes contextos regionais, econômicos, sociais e ambientais, faz-se necessário que os ODS alcancem todos os brasileiros. As políticas locais devem, portanto, dialogar com a estratégia de ação da Agenda 2030 e observar nesta uma oportunidade para enfrentar as históricas desigualdades. Nesse sentido, os governos locais exercem um papel fundamental na adequação das metas e indicadores nacionais à realidade local, com ações que considerem as metas dos ODS em seus planejamentos e orçamentos, incluindo participação e engajamento da sociedade civil (RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2017).

De modo geral, ainda usando como base o relatório, o governo brasileiro estipulou algumas propostas para a interiorização dessa agenda no país de modo que ela esteja integrada às estratégias nacionais de desenvolvimento e promovam um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Dentre essas propostas estão: engajamento do setor privado, da academia e de organizações da sociedade civil; a elaboração de relatórios de monitoramento disseminação da agenda 2030; formação de parcerias institucionais; criação de comissões subnacionais e capacitação de gestores públicos.

Como abordado acima, os entes subnacionais, a sociedade civil e até mesmo as empresas privadas são instrumentos fundamentais para o sucesso da implementação dessa agenda. Nesse contexto, o papel dos entes subnacionais está direcionado a alinhar os planejamentos locais à Agenda 30 assim como incluir as questões referentes à sustentabilidade em seus programas de governos e criar agendas locais assertivas para o desenvolvimento regional sustentável. Temas como a dinamização das oportunidades para os pequenos negócios, a gestão pública aliada ao empreendedorismo, a qualidade ambiental urbana, a inclusão produtiva, a erradicação da miséria e questões referentes à mobilidade urbana (RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2017, p. 37).

¹²Publicação desenvolvida pela Secretaria de Governo da Presidência da República e pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Em 2016, houve o lançamento de uma iniciativa que apresentava a importância da agenda 2030 para a gestão local das cidades e qual a relação das competências dos municípios e os seus objetivos. O documento lançado foi o "Guia para localização das ODS nos Municípios Brasileiros - O que os gestores precisam saber" desenvolvido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) e tinha como objetivo fortalecer o papel desses atores na definição e implementação de estratégias para adoção da agenda. Outra associação, como a Associação Brasileira de Municípios (ABM), escolheu os gestores dos municípios com IDH abaixo da média para realizarem capacitações para a formulação de políticas de desenvolvimento sustentáveis baseadas na Agenda.

Algo importante de destacar é que algumas prefeituras tiveram iniciativas próprias de internalização da agenda através do planejamento governamental. A prefeitura de Barcarena, no Estado do Pará, por exemplo, revisou seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano baseado nas ODS e o institucionalizou por meio da Lei Complementar Municipal nº 49, de 17 de outubro de 2016 e do Decreto nº 436 de 2017 - GPMB, de 8 de fevereiro de 2017.

Além das prefeituras, alguns governos estaduais como Distrito Federal, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba tomaram outras medidas para incluir a agenda nas suas localidades e tiveram ações como a criação de grupos de trabalho para coordenar a articulação da atuação pública na implementação dos ODS e sua inclusão nos respectivos planejamentos; contemplação das metas dos ODS em seu Plano Plurianual, entre outros (Relatório Nacional Voluntário Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2017).

Não é novidade que a sociedade civil é um ator fundamental no campo político através dos seus movimentos organizados que pressionam, questionam, levantam temas e ajudam na formação de uma agenda com pautas importantes a serem tratadas para o bem comum. Nesse processo de mobilização e articulação, as mobilizações da sociedade civil brasileira desempenham um grande apoio nas estratégias de municipalização e difusão das metas dos ODM e dos ODS. Através de redes e fóruns e da participação ativa na política local e nacional, esses atores também são responsáveis pela implementação de várias ações com impacto social dos ODS, atuando em pautas como:

redução das desigualdades de gênero, raça e etnia; promoção de direitos humanos; defesa de direitos de povos e comunidades tradicionais; direitos da criança e do adolescente, juventude e idosos; enfrentamento da violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes; erradicação do trabalho infantil; visibilidade e eliminação do casamento infantil; promoção de direitos das meninas e mulheres, direitos da pessoa com deficiência, direitos de migrantes, direitos sexuais e

reprodutivos; segurança alimentar e nutricional, transparência e acesso à informação, entre outros (Relatório Nacional Voluntário Sobre Os Objetivos De Desenvolvimento Sustentável, 2017, p. 35).

Dentre as ações da sociedade civil nesse contexto de ajuda à implementação dos ODS, algumas redes de articulação e networking, na forma de coalizões, estão sendo articuladas por meio não só de organizações da sociedade civil, mas do setor privado e da academia. Essas redes têm o objetivo de ampliar, democratizar, discutir e propor meios de implementação para a Agenda 2030. Desse modo, atuam na articulação política, fortalecimento das próprias redes e parceiros estratégicos, na discussão e disseminação de conhecimentos com a sociedade e setores interessados, na qualificação de atores sociais colaboradores fazendo, ou seja, estabelecendo uma ligação entre a sociedade e a agenda (Relatório Nacional Voluntário Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2017).

Através da participação coletiva da sociedade e colaboradores, essas redes tem executado projetos em diversas áreas ligadas aos ODS como educação, cultura, esportes, projetos de prevenção ao câncer, de assistência a pessoas com HIV/AIDS, dependentes químicos, conservação e recuperação de áreas de preservação, reflorestamento, gestão de recursos híbridos, coleta seletiva, valorização das comunidades, economia solidária, incentivo ao empreendedorismo, inclusão social, agricultura familiar entre outros (Relatório Nacional Voluntário Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2017).

A partir desse panorama, podemos perceber que existem muitas estratégias e colaboradores dedicados à implementação da agenda 2030 por todo o país, sejam eles o governo central ou local, empresas privadas, academia ou grupos organizados da sociedade civil (Relatório Nacional Voluntário Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2017). Porém, o que podemos deduzir é que essas ações, voltadas a agenda de desenvolvimento sustentável, muitas vezes, dependem da atual gestão de cada lugar e não são organizadas e alinhadas dentro de um plano governamental estadual, independente dos governantes.

Em outros termos, acontece o fenômeno de *stop and go*. Segundo Tullo Vigenavi¹³(2006), o fenômeno do *stop and go* acontece quando as atividades internacionais dos entes subnacionais, a formulação de uma agenda política internacional depende muito de políticos empreendedores, pois é por intermédio deles que a ação paradiplomática se fortalece

¹³ VIGENAVI, Tullo. Problemas para a Atividade Internacional das Unidades Subnacionais: Estados E Municípios Brasileiros. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 21 Nº. 62, outubro/2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000300010>> Acesso em: 25 de maio de 2022

de modo o alinhamento com as agendas políticas internacionais influencie na implementação de políticas públicas locais.

Além disso, é importante se questionar o quanto dessas informações e iniciativas são de conhecimento da sociedade civil (não organizada). Essa falta de transparência e compromisso pode diminuir a importância das metas e estratégias da Agenda 30 no âmbito local e afastar as pessoas comuns da participação efetiva das agendas políticas.

3.3 As ONGs e os Movimentos Sociais:

As ONGs (Organizações Não Governamentais) são organizações voluntárias e privadas, não lucrativas, não governamentais que promovem causas e direitos sociais, são estruturadas de maneira formalizada e institucionalizada (com equipe de funcionários, técnicos e salários), têm um escopo de atuação mais limitado, ou seja, são uma forma de influência e suas ações focam em uma determinada área temática (sem pretender transformações radicais). Elas atuam de forma local e até global e dependem de recursos. São orientadas por valores e interesses públicos, embora também sujeitas a coerção e incentivos econômico-financeiros e se apresentam como não-partidárias (PINTO, 2006). Elas inclusive, são grandes aliadas das OIs ajudando a melhorar a governança global, monitoram os Estados e ajudam a combater o descumprimento de acordo internacionais.

Elas podem ser caracterizadas em dois grandes grupos segundo as suas causas e membros:

as organizações que defendem a causa de seus membros, formadas por negros contra o racismo, ou por mulheres contra o sexismo, ou por gays contra o preconceito em relação à escolha sexual; as que defendem a causa de outros, tais como meninos de rua, sem-teto, drogados, vítimas de abusos contra os direitos humanos, vítimas de abuso sexual, excluídos da cidadania por pobreza ou ignorância etc. Esta é uma característica fundamental destas organizações, pois é a partir das relações que estabelecem com o outro que podemos entender e analisar seu papel e suas funções nas relações sociedade civil-mundo da exclusão e sociedade civil-Estado (PINTO, 2006, p. 657).

Desde o final do Século XX e agora no decorrer do Século XXI, essas organizações têm mostrado uma posição de liderança na visibilidade de questões políticas referentes a direitos, sejam eles individuais ou coletivos. Essa sua postura também se reflete nas agendas governamentais já que conseguem incorporar temas que haviam sido deixados de lado nas discussões públicas (PINTO, 2006). O espaço que as ONGs ocuparam na arena política nos últimos tempos tem contribuído de maneira significativa nas discussões de diversos temas.

As Organizações Não Governamentais possuem uma natureza instável devido à diversidade de temas com possibilidade de organização e a sua instabilidade financeira, já que sobrevivem por meio de projetos financiados por OIs, pela cooperação internacional entre países ou Estados. Isso afeta diretamente as suas atividades e a sua relação com a esfera social devido a essa independência de recursos. Ou seja, há uma certa fragmentação e a transversalidade de seus interesses e suas demandas com os diversos setores e interesses da sociedade civil (PINTO, 2006). Essa dependência de recursos externos afeta a definição de prioridades e a autonomia da determinação das agendas e dos temas priorizados. As questões assimétricas do norte - sul acabam refletindo nas ONGs e as organizações do Norte global acabam tendo mais visibilidade.

As ONGs interferem no espaço público trazendo diversos elementos para o campo político de uma maneira que se difere dos atores tradicionais, como os partidos políticos e autoridades governamentais. Elas possuem grande potencial de criar redes, sejam locais, regionais ou globais e conseguem incluir nessas redes desde atores internacionais como a ONU e fundações financiadoras até grupos marginalizados. As redes¹⁴ relacionadas às ONGs podem ser pensadas ou como uma rede que liga uma ONG a um movimento social em que cada organização é ponto de transmissão uma para a outra ou como um espaço tridimensional que funcionam não apenas como ponto de transmissão, mas também como pontos que acumulam e distribuem informações, acumulam poder e fazem a ligação entre Estado e sociedade civil. É graças a essa facilidade de circular por esses pontos que as ONGs garantem legitimidade e poder para si (PINTO, 2006).

É através dessas redes e fóruns que as ONGs criam e de que participam que podemos perceber o alcance dessas organizações nos espaços públicos da sociedade civil. Elas possuem dois eixos de atuação, um direcionado às populações excluídas e marginalizadas e outro em direção ao Estado. Uma hora podem funcionar como o eixo entre essas populações e o Estado e em outro momento podem, elas mesmas, executar políticas de saúde, empoderamento etc.

A relação das ONGs com o Estado pode ser expressa de duas maneiras. Uma é a visão das ONGs como um ente da sociedade civil o que implica na administração dessa representação em órgãos estatais, e outra como uma parceira do Estado em projetos sociais ou em projetos de

¹⁴ Os exemplos mais comuns de redes de ONGs são entre organizações que se ocupam do mesmo tema e entre organizações que estabelecem parcerias e assessorias, envolvendo, em qualquer dos casos, redes de ONGs nacionais e redes de ONGs brasileiras e estrangeiras (PINTO, 2006, p. 169).

capacitação de servidores públicos. Em sua relação com a sociedade civil, as ONGs desenvolvem projetos de empoderamento seja com o intuito de fortalecer a autoimagem e promover qualificação profissional para certas populações seja treinando lideranças dentro ou fora dos movimentos sociais que representam a defesa dos interesses das comunidades (PINTO, 2006).

As ONGs, muitas vezes, fazem parcerias com os movimentos sociais e ambos trabalham juntos pressionando contra o governo. Ao mesmo tempo em que existem movimentos sociais que se expressam e se relacionam com ONGs, existem aqueles que são independentes. As ONGs e os Movimentos Sociais são atores que formam a sociedade civil nacional e são mecanismos que dão vazão à voz, demandas e interesses de grupos deixados de lado pelos mecanismos tradicionais da democracia representativa (PINTO, 2006).

ONGs e movimentos sociais acabam representando minorias que são marginalizadas e, como parte da sociedade civil, estimulam a socialização de diversos atores e causas ligando Estado, OIs, empresas e estruturas sociais e culturais, melhorando o exercício da cidadania, criando sujeitos mais ativos aprofundando a democracia e desenvolvendo alternativas para o status quo. Os movimentos sociais integram a sociedade civil e são constituídos por diferentes grupos com graus variados de organização que vão desde organização doméstica/local até movimentos transnacionais/internacionais (PINTO, 2006).

Segundo Célia Pinto (2006) os movimentos sociais têm como característica a fragmentação de temas, eles, diferentemente das ONGs¹⁵, são menos estruturados ou não institucionalizados, não prestam contas, e não possuem grupos de profissionais para sustentar. Mas, vale ressaltar que movimentos podem se converter em ONGS se houver abertura política. Vale ressaltar também que eles são agentes ativos de mudanças normativas, ou seja, oferecem modelos alternativos e, geralmente, emancipatórios de construção da política e da sociedade.

Eles reúnem grupos de pessoas e indivíduos no formato de redes informais e praticam um tipo de política de protesto, ou seja, se envolvem em conflitos políticos e/ou culturais, desafiam autoridades e outros grupos, a lei e a ordem, capturam a atenção pública para conseguir ter visibilidade e para defender a transformação da sociedade (PINTO, 2006).

¹⁵As ONGs podem ser originadas a partir de movimentos sociais, a exemplo das ONGs feministas, que surgem a partir do movimento feminista assim como aquelas ONGs que também se originaram de movimentos raciais e no movimento LGBTQI+ e de grupo de profissionais com causas específicas (PINTO, 2006).

Para Melucci (1989, p. 56), os movimentos dispõem uma grande parte de seus recursos tentando manter sua unidade e conseguir uma certa homogeneidade com um campo social. Por apresentarem um caráter ativista e para terem sucesso nas suas empreitadas, os movimentos sociais dependem da sua própria capacidade de mobilização e de muita abertura, para que consigam identificar brechas políticas e a abertura do Estado ou de instituições para aplacar mudanças e, principalmente, precisam saber transmitir mensagens de alto impacto e fácil acesso na sociedade a fim de chamar atenção para certas questões/ problemas sociais (PINTO, 2006).

Os movimentos sociais, seguindo as ideias de TATAGIBA; ABERS; SILVA (2018) são um tipo de ator ou rede que se insere nos processos de política pública e disputam resultados. Uma característica fundamental deles dentro do processo político é que conseguem oferecer a possibilidade para pessoas comuns se organizarem e serem ouvidas dentro da arena política de tomada de decisões. Eles, geralmente, se envolvem na atuação para a transformação, manutenção ou construção de modelos alternativos¹⁶ de políticas públicas referentes a projetos políticos no que diz respeito à disputa sobre a organização da sociedade. Os movimentos desenvolvem causas e participam da formulação de determinada política através da construção de modelos alternativos:

[...] Os processos de construção e experimentação de ideias, formulação de modelos alternativos de políticas públicas e interações estratégicas com os outros atores envolvidos nas redes que disputam a produção e a implementação de políticas são condicionados por três elementos interdependentes: os regimes políticos, os subsistemas de políticas públicas e as características dos movimentos sociais (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018, p. 110).

Mas, não podemos resumir esse ator como um mero membro do subsistema de política esperando uma brecha para se infiltrar, mas como atores coletivos que disputam pela própria configuração dos subsistemas. Não é possível levar somente em consideração o grau de permeabilidade dos sistemas ou regimes como o fator principal da influência dos movimentos sociais nas políticas públicas, mas é importante destacar a maneira como os movimentos se inserem e a sua posição dentro dessa arena que possibilita as suas conquistas perante o Estado. Eles atuam não só sob as políticas públicas, mas sob os próprios regimes e subsistemas políticos

¹⁶Entendemos modelos de políticas (sejam dominantes, sejam alternativos) como conjuntos em constante construção de problematizações, soluções, instrumentos, arranjos e outros componentes ideacionais que se transformam ao longo do tempo por meio dos processos experimentais e relacionais já mencionados (o que também se aplica a modelos dominantes) (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018, p. 107).

que pretendem influenciar, eles criam as oportunidades de alterar o ambiente institucional no qual operam (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018).

Quando falamos sobre as disputas pela implementação de modelos alternativos de políticas públicas é importante frisar que os movimentos sociais enfrentam o desafio de reformar o próprio Estado e as estruturas dos subsistemas de política para criar espaço institucional para as suas propostas. Ou seja, eles não somente identificam os pontos de acesso, mas possuem alto grau de influência na formação das políticas públicas através da sua interação com outros atores (estatais ou não estatais). Há certa colaboração entre os movimentos sociais e as instituições político-administrativas nos subsistemas de políticas públicas percebidas a partir do ativismo de atores localizados no interior da burocracia, o que vem sendo chamado de ativismo institucional (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018, p. 112).

Dito isso, podemos dizer que os movimentos sociais se organizam e desenvolvem suas ações baseados tanto pelas oportunidades de acesso ao subsistema político quanto criando seus próprios meios de se inserir institucionalmente para defender os seus modelos de políticas para a vida social. Para influenciar no processo de formação e implementação e em todo o ciclo de políticas públicas, os movimentos sociais negociam e confrontam outros atores e redes desse campo político que possuem outros interesses e modelos. Essa inserção e atuação nesse processo político é duplamente condicionado:

De um lado, pela configuração do regime, que define as relações dos movimentos sociais com outros atores politicamente relevantes, incluindo o governo, em função dos projetos políticos por estes defendidos; e, por outro lado, pela configuração do subsistema de política pública, com sua estrutura de relações e modelos dominantes. É diante desse duplo condicionamento que os movimentos sociais desenvolvem seus repertórios de ação na defesa de suas propostas. Tais repertórios aproveitam as oportunidades estabelecidas pelo duplo condicionamento do regime e do subsistema ao mesmo tempo que tensionam tais oportunidades tanto em termos da busca de novas formas de acesso institucional quanto em termos da própria configuração da institucionalidade na qual pretendem incidir (TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018, p. 113).

Como já mencionado acima, os movimentos sociais têm tido muito impacto nas mudanças sociais e na arena política nos últimos tempos - inclusive, tiveram destaque no período de redemocratização brasileira. Eles afetam não só o campo político, mas também geram efeitos sociais, culturais, institucionais e no mercado. Ou seja, produzem efeitos diversos no Estado e conseqüentemente efeitos distributivos nas políticas públicas e na ampliação da institucionalização dos direitos.

Estudos assinalam que os movimentos sociais são agentes de mudanças não só nas políticas públicas, mas nos partidos políticos, burocracias, extensão de direitos, nos regimes e, no Brasil, especialmente nos setores burocráticos e processos legislativos. Trazendo a discussão para o ciclo de políticas públicas, desta vez relacionado à atuação dos movimentos sociais, podemos apontar que esses atores influenciam em várias etapas do ciclo. Segundo Carlos e Albuquerque (2021) os efeitos são sentidos desde a formulação da agenda, passando pela exposição de um problema social, na tomada de decisões e até mesmo na implementação. Nesse sentido:

[...] os movimentos sociais produzem resultados em diferentes etapas do ciclo de políticas – formação de agenda, especificação de alternativas, decisão política e implementação – influenciando a criação de órgãos públicos e colegiados, normativas e legislações, planos e programas que engendram capacidades estatais na burocracia governamental. As condições dos movimentos sociais e do Estado operam de modo combinado na produção dos efeitos políticos, relacionando de modo interdependente os repertórios, as coalizões e o grau de institucionalização da política (CARLOS; ALBUQUERQUE, 2021. p.2).

Os movimentos sociais podem produzir efeitos distribuídos em três níveis: nos indivíduos, nas instituições e nas políticas. Em relação aos indivíduos, eles geram consequências pessoais em cada ativista e na população em geral, incentivando mudanças sociais e culturais. Em relação às instituições, podemos destacar os efeitos na legislação devido à adição de conteúdo na agenda legislativa e na aprovação de projetos de lei assim como também afetam os regimes políticos através do seu incentivo a mudanças nas relações de poder, nas normas e nas organizações. Já no nível das políticas, apresentam maior eficácia na etapa de formação da agenda e formulação de políticas, mas também se envolvem nos processos de implementação garantindo a sua execução¹⁷ (CARLOS; ALBUQUERQUE, 2021, p.2).

Desse modo, fica claro o impacto valioso dos movimentos sociais dentro dos processos políticos tanto no nível global como, principalmente, no nível local já que é através das suas estratégias de organização, seu ativismo e sua influência na formação da opinião pública que eles geram pressão e modificações nas estruturas do Estado e da sociedade civil. Eles se tornam, assim, um meio fundamental que integra a esfera do Estado e do governo com os indivíduos da sociedade civil e suas organizações e, através dos seus protestos em prol de grupos e temas invisibilizados pelo poder público, contribuem com a transformação social e a garantia de direitos.

¹⁷Um exemplo pode ser a influência do movimento feminista nos resultados de políticas públicas.

4. O MMBI E A ANÁLISE DO FEMINISMO DESCOLONIAL SOBRE AS AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO E A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DO ESTADO DO PARÁ

Neste último capítulo irei apresentar alguns aspectos históricos relacionados às questões de gênero na agenda e nos processos políticos nacionais e internacionais e apresentar a realidade das mulheres amazônidas, seus desafios e lutas e analisar o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB)¹⁸ como um instrumento de impacto na estrutura social e política desse grupo possibilitando avanços e melhorias na vida de mulheres da região através de uma agenda político-social conectada às agendas internacionais de desenvolvimento.

4.1 Breve contextualização da região e das mulheres amazônidas

A região amazônica possui uma importância fundamental para a existência da humanidade. Nela se encontram as maiores florestas tropicais e maior biodiversidade do planeta e comporta quase um terço da água doce da Terra. Além disso, seu território abriga diversas formas de vida e sociedade com práticas extrativistas como populações indígenas, ribeirinhas, quebradeiras de coco, entre outras e várias formas de organização social e política (CONGILIO; REIS, 2020).

A Amazônia se estende por oito dos vinte países do continente latino-americano e, historicamente, seu território é marcado pela presença do capital internacional, iniciativas de Estados, OIs e organizações locais, projetos de cooperação e sempre esteve no centro dos debates globais sobre recursos naturais e desenvolvimento sustentável. Diante disso, é imprescindível descrever essa região também como foco de uma contínua exploração de recursos naturais, das comunidades e de seus povos que, ao mesmo tempo que têm os olhos do mundo voltados para si, ainda vivenciam dinâmicas de exclusão social e regional já que, o caráter heterogêneo da região ainda é invisibilizado (MARQUES, 2019). E assim, surge uma inquietação a respeito das agendas de desenvolvimento sustentável. Afinal, as políticas de desenvolvimento beneficiam a quem, se não aos próprios povos da região?

O estado do Pará e a região amazônica como um todo apresentam em sua trajetória econômica a natureza extrativista e exportadora de matérias primas desde o desenvolvimento

¹⁸ Para essa análise irei me basear, especialmente, no artigo: “Entre O Movimento Das Mulheres Das Ilhas De Belém E As Agendas De Desenvolvimento Das Nações Unidas: Discussões Sobre “*GenderMainstreaming*” de Brenda Moreira Marques e no site do MMIB disponível em: <http://movimentodemulheres-mmib.blogspot.com/>

das forças produtivas do capital, seja para atender as demandas de empresas nacionais ou internacionais. Historicamente, a mão de obra utilizada foi o trabalho servil do indígena e posteriormente a mão de obra escrava que contribuiu, de forma significativa, para a formação de uma sociedade camponesa e paraense (campesinato caboclo). É válido ressaltar que, tanto pelo processo de expansão econômico e político particular quanto pelas questões geográficas regionais, a região sempre manteve certo distanciamento do restante do país e, por muito tempo, sequer fazia parte das políticas públicas implantadas no país (BRILHO, 2015).

A economia extrativista que engloba das “drogas do sertão” aos ciclos da borracha, pescado, madeira e minério tiveram um papel importante na formação social e econômica da Amazônia e esses produtos sempre estiveram presentes nas estratégias de desenvolvimento das cidades e comunidades amazônicas. A região amazônica historicamente teve sua presença garantida no cenário mundial graças aos recursos que puderam ser extraídos da floresta (BRILHO, 2015, p. 93).

Os diferentes governos, desde a ditadura militar até os dias de hoje, sempre estiveram voltados para essa região, com ações para estabelecer infraestruturas, disponibilizar financiamentos e incentivos fiscais para grandes empresas que se interessam em explorar os recursos naturais nela existentes ou implantar projetos agropecuários e agroindustriais (CONGILIO; REIS, 2020, p. 65).

A partir do Consenso de Washington¹⁹, há uma intensificação da exploração e da exportação de commodities em favor da lógica de acumulação, desapropriação de territórios e bens naturais e mediante exploração dos povos da região para priorização de fluxos de capital financeiro e das corporações transnacionais. As mulheres, diante dessa violência impulsionada pelos grandes projetos extrativistas, sofrem com a apropriação da natureza, dos territórios e de seus corpos. O que expõe a não neutralidade das opressões advindas do modelo de acumulação de capital (SEABRA, 2020).

Historicamente e atualmente, a Amazônia é entendida como um vazio demográfico, mas cheia de riquezas tidas como infinitas. As políticas de progresso, desenvolvimento e modernização para a região estão voltadas para a implementação dos “grandes projetos” os quais envolvem as atividades de exploração dos recursos naturais através da mineração, construção de hidroelétricas, portos entre outros direcionados para atender os interesses do

¹⁹Projeto de reformas estruturais, endividamento e privatizações propostos pelos Estados Unidos da América no contexto neoliberal, em troca de ajuda no processo de desenvolvimento dos Estados periféricos pós crises políticas e econômicas que assolaram a América Latina.

capital e das elites internacionais e nacionais através da exportação de matéria prima e, devido a isso, a região enfrenta conflitos e degradação socioambiental (CONGILIO; REIS, 2020).

A região, por ter sido território de colonização, possui traços de violência estrutural, cultural, física e é marcada pela desigualdade devido às consequências da exploração. As cidades e sociedades amazônicas se desenvolvem a partir desse processo desordenado de expulsão dos territórios tradicionais, desigualdade social, de gênero e de raça que afeta o trabalho, a água, o saneamento e o modo de subsistência. Essas violências são expressas a partir de ofertas de trabalho que excluem as mulheres do espaço público lhes atribuindo apenas atividades de cuidadoras no espaço doméstico, deixando-as presas do sentimento de insegurança, do baixo índice de saneamento, do transporte de minério que causa acidentes e da insegurança alimentícia. Ou seja, diversas violências que reforçam as vulnerabilidades na vida dessas sociedades em prol da acumulação de capital (OLIVEIRA, 2020).

Assim como dito anteriormente, embora todas as mulheres do mundo sofram a opressão da sociedade capitalista não podemos generalizar as vivências. Existe uma pluralidade de mulheres e cada uma sofre algum tipo e algum nível de opressão, dependendo do seu contexto. Em relação às mulheres amazônicas, além das opressões de gênero intrínsecas a vivências de vários grupos de mulheres, elas ainda sofrem com a exploração de recursos naturais, expropriação territorial que afeta diretamente o seu modo de subsistência. Os megaprojetos implantados engendraram um processo de aguda violência e atuam sistematicamente na tentativa de desconstrução/impedimento de outras formas de existir nesta região (BEZERRAL; ALVES, 2020, p.112).

As mulheres são protagonistas de muitas lutas e mobilizações sociais em defesa dos seus territórios, modo de vida e meio ambiente na região amazônica (OLIVEIRA, 2020). A recuperação e defesa de territórios explorados para fins de exportação e lucro está diretamente ligada à defesa dos corpos feminilizados, da sua libertação e descolonização. A organização coletiva de mulheres atravessa diversas lutas desde antipatriarcais como antirracistas, anticapitalistas e anticoloniais, por isso é tão importante uma lente interseccional (SEABRA, 2020).

Na Amazônia e em todo o Brasil, as mulheres estão presentes em projetos de desenvolvimento. Um exemplo são as Mulheres Quebradeiras do Coco Babaçu, presentes no Sul do Pará e Tocantins. Esse projeto é um movimento de resistência e reúne trabalhadores

rurais em atividade tradicional feminina ameaçada pela ocupação da Amazônia e pela mecanização do processo de produção do óleo de babaçu que impacta todo o modo de subsistência delas e de suas comunidades. Essas mulheres têm aumentado a sua voz no processo de articulação de políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia (GOMES *et al.* 2013). Elas estão à frente dos processos de resistência já que estão sujeitas a terem seus corpos expostos a todo tipo de violência como a negação do direito de ter seus territórios assegurados, principal condição de sustentação da vida.

Utilizando a mineração como exemplo, que, dentre tantas coisas, acarretou a contaminação e perda de volume de água nas localidades em que o projeto de exploração mineral da empresa Vale se instalou, no sudeste do Pará. Diante disso, as mulheres da região são as primeiras a sentir os impactos dessas ocupações de seus territórios pelos projetos já que são elas as responsáveis pelo cuidado, educação, moradia e saúde. As lutas das mulheres nos diferentes territórios e contextos socioculturais têm uma importância gigante no combate às violações por parte das grandes corporações, do agronegócio e do Estado. São mulheres sem-terra, extrativistas, quebradeiras de coco, agricultoras, indígenas, defensoras de direitos humanos, pesquisadoras e religiosas, importantes linhas de frente na defesa da vida e do seu modo de vida em seus territórios (BEZERRAL; ALVES, 2020, p. 113).

4.2 O feminismo na política nacional e nas relações internacionais

Existem muitas temáticas tradicionalmente subestimadas na arena política e atores subalternos nas relações internacionais e, infelizmente, as questões de gênero e os feminismos estão entre elas. Dentro do campo das RI (Relações Internacionais), por exemplo, os estudos, apesar de partirem de um objeto comum que é o mundo, sempre privilegiaram uma certa parte deste, ou seja, as grandes potências. Desse modo, os estudos, os debates e as políticas sempre estiveram voltados aos países centrais colocando os demais às margens do sistema. Mas, não só os países foram classificados como periféricos ou marginalizados.

O desenvolvimento do movimento feminista ao longo do Século XX é, historicamente, pensado em decorrência das três (ou quatro) ondas feministas que sintetizam a evolução dos seus debates e suas conquistas em termos de direitos civis, políticos e sociais, mas, geralmente, o referencial usado são os movimentos de mulheres de países do Ocidente. Em virtude da divisão Norte e Sul Global, da globalização, do multilateralismo, dos debates acerca da

democratização do sistema internacional e mudanças nas agendas internacionais, o movimento feminista acabou se internacionalizando (BALLESTRIN, 2020).

A partir do seu engajamento, várias iniciativas foram institucionalizadas como a definição do Ano Internacional das Mulheres, a ocorrência da primeira Conferência Mundial das Mulheres na cidade do México (1975); a elaboração da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979); a realização da segunda Conferência Mundial das Mulheres em Copenhague (1980), seguida da terceira em Nairóbi (1985) e da quarta em Pequim (1995); a incorporação das questões de gênero nos Objetivos do Milênio (2000); a criação da ONU Mulheres (2010) (BALLESTRIN, 2020).

No Brasil, assim como no Ocidente,

a “primeira onda” se refere ao Movimento Sufragista; a “segunda onda”, que começa na década de 1970 entre nós e na década de 1960 nos Estados Unidos, se caracteriza pela crítica radical, teórica e prática, ao modelo de mulher e de família vigente. A “terceira onda”, identificada nos anos 1990, evidencia “novas” mulheres: as negras, as lésbicas, as mulheres do terceiro mundo, os transgêneros, entre outras (RABAY e CARVALHO, 2011, p. 86).

O movimento feminista no Brasil assume várias formas de luta,

diversas bandeiras e diferentes facetas. Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal. E vem lutando pela igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle sobre o próprio corpo e gozo de nossa sexualidade, enfim, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã (COSTA e SARDENBERG, 2008, p. 32).

Vale ressaltar também que, baseado nos pensamentos de Judith Butler (2003) e Célia Pinto (2010), quando se trata do campo político, a própria estrutura do Estado brasileiro junto ao capitalismo reproduz ordens hierárquicas presentes na nossa sociedade desigual que afastam as mulheres e o movimento feministas dessa arena. As mulheres ao saírem do privado e ao tentarem ocupar os espaços públicos precisam ser cada vez “menos mulher” e assumir uma postura masculina para (tentar) ser ouvida (PINTO, 2010).

Nas palavras de Butler:

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação (BUTLER, 2003, p. 19).

Apesar de o feminismo ter se tornado um movimento global, a globalização do movimento acabou realçando as relações de poder desiguais e hierárquicas presentes em todas os níveis, seja público e privado, local e global. A partir disso, se faz necessário tornar o global cada vez mais representativo, em termos de identidade, a fim de alcançar a todas as mulheres, mas de maneira mais específica levando em consideração os recortes de raça, classe e sexualidade (BALLESTRIN, 2020).

4.3. Os feminismos (des)colonial e as críticas às agendas de desenvolvimento

É importante começarmos com o conceito de “Colonialidade do Poder” desenvolvido por Aníbal Quijano (1989). Este conceito traz a percepção de que as relações coloniais na esfera política e econômica não acabaram com a destruição do colonialismo já que continuam presentes na estrutura do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Os países classificados como Estados periféricos vivem sob o regime da “colonialidade global” imposta por Estados desenvolvidos, como os EUA, através de organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI. O conceito de colonialidade se estende também para outros âmbitos como controle da natureza e recursos naturais, conhecimento e controle do gênero e da sexualidade, ou seja, afeta as dimensões do saber, do poder e do ser. Diante disso, fez-se necessário analisar a política internacional pela perspectiva decolonial e a partir do feminismo decolonial que destaca o local da mulher a partir de um referencial latino-americano e possui uma abordagem interseccional (BALLESTRIN, 2013).

O feminismo descolonial é uma vertente feminista que remonta à época da colonização – em que os países desenvolvidos colonizavam os países em desenvolvimento para seus próprios fins como extrair recursos não renováveis – para explicar as implicações desse fenômeno nas atuais formas de exploração de corpos periféricos de mulheres do sul global que acabam sendo duplamente violadas tanto pelas questões intrínsecas ao gênero como pela exploração econômica, já que a lógica colonial de exploração e seus efeitos ainda estão presente (de outras maneiras) nos dias atuais.

Diante disso, a luta do movimento é voltada para que os povos ex-colonizados se libertem dessa lógica e assumam o protagonismo da sua história não permitindo que os seus ex-colonizadores e os padrões eurocêntricos controlem, decidam, regulam ou menosprezem eles mesmos e as suas culturas. São feitos questionamentos a essa divisão ocidental dos países em "Primeiro Mundo" (ou seja, países fortemente industrializados com grande poder de

mercado localizados principalmente no Hemisfério Norte) e o "Terceiro Mundo" (ou seja, países em dificuldades econômicas localizados principalmente no Hemisfério Sul) (TONG; BOTTS, 2018).

É a partir dessa lente que examinamos como a divisão de mundo opera para desempoderar e deslegitimar povos anteriormente colonizados e principalmente como essa opressão, relacionada a questões políticas e econômicas, recai sobre as mulheres que sofrem pela exploração e desvalorização do trabalho, pela exploração territorial que impacta o seu modo de subsistência e através das diversas violências a que seus corpos ficam sujeitos. O movimento também tece críticas aos esforços dos países desenvolvidos em melhorar as economias dos países em desenvolvimento e a vida das mulheres. Isso acaba sendo contraditório já que ao retirarem das terras exploradas deixaram esses países muito pobres gerando profundas consequências ao seu desenvolvimento fazendo-os reféns de ajuda de organizações como o Banco Mundial e o FMI (dominados pelos países industrializados) para impulsionar sua economia e pagar suas dívidas, fazendo com que, mais uma vez, esses países tivessem certo controle sobre seus territórios, economia, culturas e povos (TONG; BOTTS, 2018).

Luciana Ballestrin (2013) discorre sobre o feminismo descolonial como um feminismo que abarca vários tipos de feminismo latino-americanos marginalizados. É muito interseccional já que mistura ordens analíticas, políticas e normativas. O feminismo descolonial latino-americano tende a ser muito mais engajado e plural e assim defende que não há um limite de projeção de sub-identidades feministas fazendo com que o movimento possa ser o mais plural possível.

O feminismo descolonial (também considerado um feminismo subalterno²⁰) luta por um processo de construção identitária e descolonização do pensamento dos povos da região latino-américa. Propõe um feminismo crítico, radical e autônomo e se inspira, principalmente, na heterogeneidade das mulheres do continente transamericano que estão inseridas em diversos contextos e relações de subalternidade referentes à classe, raça, etnia, cultura, orientação sexual, nacionalidade, geografia (BALLESTRIN, 2020).

²⁰Os feminismos subalternos possuem algumas representações, estereótipos e construções mencionadas pela literatura feminista pós-colonial, latino-americana e decolonial, em antagonismo ao feminismo hegemônico (BALLESTRIN, 2020, p.5).

Uma das críticas feitas por TONG e BOTTS (2018) à globalização e seu impacto na vida das mulheres pertencentes ao “Sul global” é, justamente, um caráter universalista de englobar todas as categorias de mulheres periféricas, seus problemas e suas lutas, como iguais ignorando completamente a especificidade de cada região e dos contextos locais de cada lugar. Ainda nesse sentido, MARQUES (2019), expõe a existência de uma homogeneização dos discursos acerca das mulheres do Sul global, associando e reduzindo a suas figuras as desigualdades consideradas próprias do sul global da mesma maneira que limita e reduz suas identidades, agendas e mobilizações e isso se faz presente nas abordagens de gênero dos Estados, das Organizações Internacionais e nas agendas de desenvolvimento.

Ainda segundo Tong e Botts (2018) o que acontece é que os países desenvolvidos, para manter um alto padrão de vida, jogam sobre os países periféricos os custos econômicos, sociais e ecológicos da sua industrialização que eles mesmos não podem pagar sem afetar a sua condição privilegiada. Essa é uma relação que não tem a parceria como base, como tentam nos fazer acreditar, mas uma relação de coerção e violência e que é completamente desigual.

Então, podemos dizer que a riqueza geral das mulheres nos países desenvolvidos depende, em certa medida, da pobreza geral das mulheres nos países em desenvolvimento. É isso que acontece dentro de um sistema baseado na exploração. Para que algumas mulheres garantam o direito de uma renda mínima, boas condições e oportunidade de crescimento muitas outras mulheres, longe dos grandes centros, são ainda mais exploradas, marginalizadas e invisibilizadas. Ou seja, os interesses desses dois grupos de mulheres vinculados pelo mercado mundial são antagônicos.

Como diz o livro “Feminismo para as 99%: Um manifesto”, as razões para tantas formas de opressão na vida das mulheres se encontram no capitalismo, que tem como pilares o racismo e o imperialismo que colaboram com esse esquema de pirâmide global de exploração e expropriação racializada, de modo que se concentra em mulheres em situação de vulnerabilidade. E, essas condições precárias de trabalho e vida de certo grupo de mulheres, possibilita que outro grupo mais privilegiado tenha boas condições. “A verdade é que o racismo, o imperialismo e o etnonacionalismo são escoras fundamentais para a misoginia generalizada e o controle dos corpos de todas as mulheres” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 80-81).

As autoras acima também têm um posicionamento crítico a respeito das relações estabelecidas entre países do norte global e do sul global. Para elas, o capitalismo é um sistema que, necessariamente, cria uma geografia imperialistas e os interesses dos dominantes (grandes produtores, o mercado farmacêutico, de armamentos, de petróleo) são promovidos em favor dos seus interesses pessoais, autoritarismos, repressão, golpes de Estado e guerras imperiais afetando diretamente os países mais periféricos. Ou seja, autoriza e legitima os Estados poderosos do norte global a tirarem vantagens e controlar os “mais fracos” através de regimes comerciais, dívidas, ameaças de intervenção militar e a imposição de “ajuda”. Em virtude da própria estrutura:

o capitalismo nos priva da capacidade de decidir de forma coletiva exatamente o que e quanto produzir, sob qual base energética e por meio de quais tipos de relações sociais. Ele também nos rouba a capacidade de determinar como queremos usar o excedente social que produzimos coletivamente, como queremos nos relacionar com a natureza e as futuras gerações e como queremos organizar o trabalho de reprodução social e sua relação com o trabalho de produção (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 88).

Agora, em relação às agendas de desenvolvimento, como discutido anteriormente, logo após a segunda guerra mundial, houve uma articulação internacional para promover o desenvolvimento sustentável e a sua ampla agenda de temas, vindo a se tornar um paradigma dominante nas agendas políticas internacionais. Três eventos e três principais agendas globais contribuíram para que esse paradigma se consolidasse. São eles: a Conferência de Estocolmo (1972); Conferência Rio 92 e Rio +20; a Agenda 21 (1992-2000); a Agenda Global dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015-2030) (MARQUES, 2019).

Assim, se torna importante traçarmos essa ligação entre as questões de gênero e as agendas internacionais de desenvolvimento²¹. Como dito anteriormente, a CID foi, historicamente, marcada pela cooperação Norte/Sul graças ao modelo de desenvolvimento repassado pelos países do norte aos países do Sul como uma proposta de políticas para a superação de um status periférico. Esse movimento, de imposição de modelos de políticas e de agenda governamental, cria uma separação entre os países com uns sendo os dominadores e outros dominados e acentua as desigualdades presentes no sistema internacional (MARQUES, 2019).

²¹A incorporação das perspectivas de gênero e a intervenção feminista nos programas e discursos para o desenvolvimento na política internacional ocorreu, mais especificamente, a partir da ECO-92 e na Agenda 21 para o Desenvolvimento.

Além disso, causa ainda mais exploração e opressão, subdesenvolvimento e invisibilidade de diversas minorias e povos originários que acabam não tendo autonomia e espaço para criar uma agenda específica que influencie na criação de políticas públicas e que atendam às suas demandas e resolvam seus problemas.

Diante desse ponto, podemos utilizar os preceitos do feminismo (des)colonial para analisar como o movimento entende a dinâmica e os impactos das relações Norte/Sul e das agendas de desenvolvimento em relação à realidade das mulheres do “Terceiro Mundo”. É perceptível que as pautas feministas, quando colocadas em um contexto global, acabam generalizando muitas questões e enfatizando a ligação entre vários tipos de opressão assumindo que, por pertencerem a um mesmo grupo, as mulheres experimentam a desigualdade de gênero na mesma extensão e grau.

Mas, apesar de tantas mulheres de países desenvolvidos ou em desenvolvimento apresentarem menor qualidade de vida simplesmente em virtude do gênero feminino, em um contexto de desigualdade sistêmica, os efeitos negativos do patriarcado, capitalismo e racismo, por exemplo, recaem ainda mais sobre os corpos mais marginalizados, nesse contexto, as mulheres do sul global. Muitas de nós acreditam que a opressão das mulheres em uma parte do mundo é frequentemente afetada pelo que acontece em outra parte, e nenhuma mulher é livre até que as condições de opressão das mulheres sejam eliminadas em todos os lugares (TONG; BOTTS, 2018, p. 103).

Uma das principais críticas feministas sobre as políticas internacionais e locais é o caráter, muitas vezes, neutro e generalizado da agenda governamental para o desenvolvimento. Os impactos negativos, insuficientes e as exclusões dos projetos de desenvolvimento são sentidos muito mais intensamente pelas mulheres periféricas acentuando as desigualdades sistêmicas em relação a esses corpos (MARQUES, 2019).

Para Ballestrin (2020), a globalização, internacionalização, transnacionalização e o envolvimento da ONU no movimento não são muito bem-vistas, principalmente pelo feminismo descolonial porque, além das bases dessa expansão do movimento serem a globalização e o neoliberalismo, ainda é possível perceber uma certa perda de autonomia e independência das mulheres e suas organizações devido a essa universalização, despolitização e domesticação das pautas em torno da categoria gênero.

Faz-se necessário esse olhar mais crítico em relação aos projetos de desenvolvimento na Amazônia. Apesar de existentes, eles invisibilizam a multiplicidade de identidades na região, por serem projetos majoritariamente ocidentais e hegemônicos que atendem aos interesses de elites nacionais e internacionais através da exploração dos povos e dos recursos naturais. Eles afetam mais intensamente as mulheres amazônidas, que sofrem vários níveis de violência e desigualdade graças a sua homogeneização nas narrativas históricas e nas políticas públicas, especialmente dentro do marco dos projetos de desenvolvimento (MARQUES, 2019).

É importante dizer que, apesar das questões de gênero dentro das agendas de desenvolvimento serem, muitas vezes, menosprezadas, o MMIB é um movimento que, pela sua experiência, consegue nos mostrar que os impactos dessas políticas não se dão de forma equilibrada para homens e mulheres porque os processos não são neutros, mas se constituem através de relações de poder envolvendo as questões de masculinidades, feminilidades, raça e classe. As narrativas homogêneas, primitivas e masculinas que cercam a região amazônica, invisibilizam as mulheres, deixando-as à margem do território, em segundo plano na própria história e nos processos e debates acerca do desenvolvimento (MARQUES, 2019). Mas, apesar da falta de reconhecimento do governo e dos agentes políticos, as mulheres nunca estiveram ausentes dos processos de desenvolvimento em suas comunidades, por exemplo.

4.4. O Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) e sua ligação às Agendas de Desenvolvimento Internacionais

A ascensão das mulheres em espaços públicos e no mercado de trabalho marca a ruptura com antigos modelos de estrutura social. A renda gerada pela mulher reflete na vida familiar, já que são elas as responsáveis pela saúde, educação, cuidado e administração do patrimônio doméstico familiar. E, uma das grandes diferenças da importância do trabalho entre os gêneros é justamente o impacto, não só na esfera doméstica, mas na vida política da comunidade que as mulheres proporcionam. Elas têm maior participação nas reuniões comunitárias, nos projetos de desenvolvimento e no planejamento familiar saindo, assim, da esfera privada/ doméstica e ocupando a esfera pública, mesmo que isso ainda seja, infelizmente, considerado secundário reforçando, desse modo, a assimetria entre os gêneros (GOMES et al.,2013).

O Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) é uma organização autônoma sem fins lucrativos e de caráter comunitário. Surgiu durante a década de 1990, mais especificamente no ano de 1998, com o nome “Grupo das Mulheres da Associação de

Produtores da Ilha de Cotijuba” (GM-APIC) a partir da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba (APIC) e em 2002 se desvinculou da APIC para formar esse movimento comunitário que agrega diversos interesses das mulheres das Ilhas de Cotijuba, Ilha Nova, Jutuba, Paquetá e Urubuoca, em prol da igualdade de gênero como variável essencial às atividades de desenvolvimento sustentável de suas localidades. Esse movimento²² busca promover espaço para que as mulheres integrantes da APIC possuam vozes ativas para tratar das problemáticas de gênero da região dentro das dinâmicas econômicas da Ilha, com o objetivo restrito a orientar e organizar as demandas das produtoras (MARQUES, 2019, p.82).

O MMIB se desenvolve a partir da necessidade das mulheres de ultrapassar as discussões sobre a produção agrícola e começar a tratar de outras questões como a formação política, educação, saúde, direitos sociais e questões de gênero, não só entre elas, mas abrangendo toda a comunidade. Segundo as autoras Schmink e MarlizArteaga Gómez-García (2016) as mulheres amazônidas representam, ao todo, mais de 50% dos habitantes dos estados amazônicos. Por isso é tão importante a sua organização coletiva a partir dos movimentos de mulheres (indígenas e não-indígenas) para que a pluralidade das suas identidades e vivências sejam reconhecidas e respeitadas e, a partir disso, a sua luta por justiça de gênero e responsabilidade socioambiental, contra a exploração de seus corpos, seu povo e de seus territórios, frente aos projetos de desenvolvimento, seja acolhida pela sociedade civil e a sua luta política se fortaleça e se transforme em políticas públicas (MARQUES, 2019).

Entre as diversas atividades produtivas desenvolvidas na Ilha de Cotijuba as mulheres estão envolvidas com: as atividades ligadas à agricultura, extrativismo de produtos não madeireiros, artesanato, produção de doce caseiro e hortas nos quintais que são atividades de extrema importância econômica e social para as comunidades, mas que não são reconhecidas e exaltadas, geralmente, são invisibilizadas pela comunidade, família e até mesmo as próprias mulheres. Esse foi um dos principais aspectos para a fundação do movimento. Como parte importante desse exercício, o movimento se propõe a debater a discriminação no trabalho, os estereótipos sexuais, a violência, a saúde, e a situação da mulher na legislação civil (CORTE BRILHO, 2015, p. 102).

²² O movimento nasce, inclusive, no mesmo momento histórico em que os coletivos de mulheres e mulheres feministas cresce no âmbito internacional e nacional, levando em consideração as Conferências Mundiais das Nações Unidas sobre as mulheres (1975, 1980, 1985, 1995); Conferências regionais sobre a Integração da Mulher ao Desenvolvimento Social e Econômico da América Latina (1977, 1980, 1994, 1997) (MARQUES, 2019).

As mulheres do MMIB também são responsáveis por utilizar do Turismo de Base Comunitária que é considerado uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico para diversos lugares. A partir de bases comunitárias e de um modelo associativo e cooperativo de gênero elas buscam alcançar harmonia social, gerar renda para os moradores locais e auxiliar na conservação ambiental para a construção de sociedades mais participativas e justas. Elas exercem um papel fundamental para o desenvolvimento comunitário tanto do turismo como na preservação do meio ambiente e na inclusão social (GOMES et al.,2013).

O MMIB, possui como principais objetivos promover a organização comunitária, atividades de geração de renda, a elevação do nível de escolaridade das mulheres, a preservação e defesa do meio ambiente, de bens e direitos de valor artístico e estético, histórico, turístico e paisagístico, entre outros visando a proteção de direitos e interesses de seus associados. No estatuto consta ainda entre seus objetivos “trabalhar políticas públicas com foco especial nas questões de gênero, violência, educação e combate ao preconceito de qualquer natureza, bem como acesso à saúde integral e a promoção do direito da mulher” (CÔRTE BRILHO, 2015, p. 106).

Entre o período de 2002 a 2018, houve a adoção do lema de desenvolvimento e igualdade de gênero pelo MMIB que coincidiu com o uso do termo dentro de agendas e discursos internacionais, o que ficou conhecido como “*Gender Mainstreaming*” (Transversalização de gênero). Desse modo, o movimento estabeleceu uma relação com as três principais agendas internacionais para o desenvolvimento – Agenda 21 para o Desenvolvimento; Agenda dos Objetivos do Milênio (ODM) e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por exemplo, as questões ligadas a “aumentar a proporção de mulheres nos postos de decisão, planejamento [...] divulgação no campo de meio ambiente e desenvolvimento” e a criação de “medidas para fortalecer e dar poderes a organismos, organizações não-governamentais e grupos femininos a fim de aumentar o fortalecimento institucional para o desenvolvimento sustentável” também são pautas e preocupações do MMIB (MARQUES, p. 24, 2019).

A partir de 2002, o MMIB passou a realizar parcerias e projetos com atores privados, ONGs de Desenvolvimento Sustentável, Institutos de pesquisa e agências internacionais que estavam ligadas a lógica de *Gender mainstreaming* dentro da Agenda ODM. Desse modo, o período de 2002 a 2018 marca a mudança no MMIB que passou a ser considerado uma organização capaz de integrar mulheres das diferentes ilhas, não somente sobre a questão produtiva, mas sobre a organização comunitária coletiva, elevação do nível de escolaridade das mulheres, defesa de direitos sociais e do meio ambiente, trabalhando políticas públicas com foco nas questões de gênero, na saúde da mulher e na geração de renda (MARQUES, 2019, p. 89).

Além disso, houve parcerias com atores privados, como a Natura²³, e com entidades e institutos socioambientais, a maioria baseado nas ODM 3, 5,6, 7 e 8: Promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; Saúde e bem-estar, Paz, Justiça e Instituições Eficazes em contextos de desenvolvimento, garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e estabelecer parcerias para o desenvolvimento (MARQUES, 2019). Esse tipo de parceria entra em atrito com as críticas e colocações dos feminismos (des)coloniais e do próprio movimento em relação a sua oposição a mercantilização dos corpos feministas, modo de vida e territórios. De fato, essa aproximação com atores privados não trouxe muitos benefícios a longo prazo para as pautas do movimento e a luta pelo direito das mulheres.

A partir deste momento, o movimento de mulheres passou a desenvolver um diversificado conjunto de atividades e isso refletiu na estrutura da instituição que se modificou, ampliou e expandiu com a chegada de novas associadas/os, além de promover uma dinâmica na ilha que até então não havia ocorrido. Empresas privadas, instituições de ensino, pesquisa e extensão rural passam a buscar no MMIB possibilidades de estabelecer contratos, cooperação, assistência e voluntariado entre outros (CÔRTE BRILHO, 2015, p. 107).

Diante disso, é possível perceber que o conteúdo das atividades do coletivo se diversificou e se encontrou mais voltado às práticas de desenvolvimento sustentável amplamente difundidas pela Agenda 21 e ODS. Ao alinhar suas ações à luta pela igualdade de gênero, o coletivo acabou se inserindo na estratégia de *gender mainstreaming* (MARQUES, 2019). Pela lógica dos feminismos (des)colonial esse alinhamento se torna contraditório na medida que essa aproximação com os organismos e agendas internacionais acaba desmobilizando o movimento, retirando dele a radicalidade de suas pautas comunitárias e o seu poder de transformação.

Marques (2019) identificou, valendo-se de Mukhopadhyay (2015), que o caráter transformativo só é possível quando os diferentes níveis de atuação política para o desenvolvimento entendem que abraçar essas pautas e transformar as suas agendas significa desestabilizar as relações de poder e autoridade. Em outras palavras, entrar em atrito direto contra as forças capitalistas, patriarcais, de colonialidade, classistas e racistas e os interesses do mercado presentes em toda a estrutura do sistema internacional que impacta direta ou indiretamente os territórios e os povos mais marginalizados. Ou seja, é preciso que esses

²³A empresa Natura apresenta direito de imagem sobre o MMIB e as cita como case de exemplo para busca de alcance da Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável ou Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (2015-2030) no que se refere à igualdade de gênero, no que toca principalmente aos ODS 2, 5, 8, 10, 11 e 17: Fome Zero e agricultura sustentável, Igualdade de Gênero, Trabalho Decente e Crescimento Econômico, Redução das Desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, parcerias e meios de implementação (MARQUES, 2019, p. 92).

agentes entendam que “igualdade de gênero” não é uma categoria quantitativa, mas está enraizada na defesa de direitos sociais e no constante questionamento de quem se beneficia com a posição desigual ou invisibilizada das mulheres nos contextos de desenvolvimento. Isso, infelizmente, não é uma realidade visto que esses organismos governamentais se apoiam nessas lógicas opressoras, nas burocracias e despolitização, logo, essa aproximação acaba não sendo vantajosa para um movimento comunitário como o MMIB que tem pretensões de transformações sociais e políticas.

É importante destacar que, desde o momento da sua fundação, o movimento MMIB enfrenta certos desafios para existir. Alguns exemplos são: a falta da formação de um capital social que assume o compromisso de gestão da Agência Comunitária de Turismo (ACT) para a implementação eficiente do ecoturismo na região; a falta de infraestrutura adequada. Elas também enfrentam problemas ambientais como desmatamento, queimadas, extração ilegal de madeira, especulação imobiliária que também contribuem para a perda da biodiversidade da Ilha e seus atrativos (GOMES *et al.*, 2013).

Vale ressaltar também que houve tentativa por parte do movimento de fazer parcerias com os órgãos públicos responsáveis pelo fomento do turismo na região como a Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém (BELEMTUR) – responsável pela gestão do turismo municipal e, o Órgão Oficial de Turismo do Pará (PARATUR) – o qual compete divulgar o turismo paraense e contribuir para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Estado – porém não obtiveram êxito, o que mostra uma falta de interesse dos órgãos públicos em apoiar iniciativas como a do movimento (GOMES *et al.*, 2013). Infelizmente, está enraizado nas questões políticas o descaso e a falta de interesse no campo das políticas públicas para mulheres e, em especial, políticas de gênero de caráter transformativo e nem mesmo a abordagem empreendedora encontrou abertura do Estado.

Apesar de ter alcançado certa visibilidade, as ligações com as OIs, empresas privadas, como esperado, não surtiram os efeitos distributivos esperados devido ao teor dessa aproximação. Essas mulheres também não tiveram as suas demandas e propostas incorporadas pelo poder político local para a promoção de políticas eficientes que as representem. Como exposto anteriormente, os movimentos sociais precisam encontrar brechas nas arenas políticas para difundirem suas propostas e impactarem as políticas públicas. Esse posicionamento de se incorporar as estratégias de *gender mainstreaming* não foram eficazes para o coletivo.

Desse modo, entende-se que a luta de gênero, quando institucionalizada e abraçada por grandes centros de poder, pode enfraquecer seu caráter ativista. O termo “igualdade de gênero” apenas incorporado e circulante nos meios políticos, nacional ou internacional, nas Organizações Internacionais e dentro das agendas de desenvolvimento, muitas vezes, são pautados pela eficiência de mercado e de empresas que sustentam a desigualdade sistêmica. Quando há o esvaziamento político na luta por direitos sociais, as ações desses agentes acontecem de forma superficial e não em prol de transformação política e social.

A ligação entre o coletivo MMIB e as agendas e organismos internacionais, aparentemente, não resultaram em uma ampliação de políticas públicas de gênero para as mulheres da região e suas demandas sociais, econômicas e políticas. Diante disso, é importante verificar se existem outros meios em que a ligação entre local-global, como através da Cooperação Descentralizada, surtiu algum efeito em relação ao apoio, incentivo ou parcerias que colaboram com a formulação e a implementação de políticas públicas para mulheres amazônidas.

4.5 A Cooperação Descentralizada e a relação com políticas públicas de gênero no estado do Pará

Como visto, os estados localizados na Amazônia brasileira devido a diversos fatores geográficos, de infraestrutura, densidade populacional, entre outros, sempre mantiveram certo afastamento da estrutura político-administrativa nacional. O estado do Pará, por exemplo, foi um importante centro das relações econômicas internacionais do Brasil. Ele possui 1.245.870,700 km² é composto por 143 municípios, 6 mesorregiões e possui uma população de 8.777.124 de habitantes (IBGE, 2021) apresentando inúmeros desafios de planejamento e execução de políticas públicas eficientes devido a sua diversidade e dimensão.

Além disso, o estado é rico de diversas formas. Seja pela sua história, sua cultura, seu povo ou suas belezas e riquezas e recursos naturais como peixes, frutos tropicais, borracha, minério, que atraem diversos interesses para a região, mas, ao mesmo tempo, é pobre em tecnologia e mão de obra especializada não conseguindo, assim, aproveitar totalmente os benefícios da grande demanda (FILHO, 2011). Apesar de, historicamente, as regiões da Amazônia brasileira estarem no centro dos debates internacionais seja sobre desenvolvimento, exploração de recursos ou preservação ambiental, ainda hoje não existem estruturas consolidadas e específicas de relações internacionais nos estados que compõem a região.

Desde os anos de 1999-2002 já existiam preocupações acerca da importância do relacionamento internacional do estado do Pará. Para o governador Almir Gabriel (PSDB) isso significava estreitar os laços culturais com os países amazônicos e caribenhos e atrair empresas estrangeiras para renovar a matriz produtiva do Estado do Pará. O governador incorporou a temática internacional à agenda política da sua gestão a fim de dinamizar o programa de políticas públicas de desenvolvimento regional do Estado. Ou seja, a união do internacional e do local em prol da melhoria da gestão pública e de políticas para a região sempre esteve presente na região que, desde essa época, já se caracterizava como um dinâmico ator no meio internacional mantendo relações com países da Europa, Ásia, Oriente Médio e da bacia amazônica (FILHO, 2011).

No decorrer dos anos, grande parte dos projetos empreendidos por Almir não chegaram a ser implementados no estado. Seu sucessor, Simão Jatene (PSDB), em 2002, não deu a devida atenção a essas ações e os assuntos internacionais do estado foram estagnados. Existiram tentativas de restabelecer e renovar os vínculos do estado com o meio internacional com a governadora Ana Júlia Carepa (PT), em 2007, que priorizava um programa de políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Ainda nessa gestão, houve a instituição de um órgão para tratar dos assuntos internacionais denominado Coordenadoria de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CIDS)²⁴ (FILHO, 2011).

As competências da CIDS eram:

Formular, coordenar e executar a política estadual de cooperação internacional, visando estabelecer relações fraternas e produtivas com atores internacionais, sejam eles públicos e/ou não governamentais, a partir dos interesses prioritários do Estado do Pará, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento sustentável (Artigo 1º da Lei nº 7.023, de 24 de julho de 2007, do Governo do Estado do Pará, p. 1).

As suas funções básicas, conforme o artigo 2º da Lei estadual mencionada:

I- Articular e coordenar a formulação das diretrizes e estratégias de políticas públicas para cooperação internacional, sustentável e responsável, de modo a garantir o desenvolvimento de ações estabelecidas no Plano Plurianual do Estado;

II- Implementar e coordenar instrumentos de monitoramento, com a finalidade de avaliar o desempenho das políticas públicas na área de cooperação internacional;

III- articular parcerias do Estado com o Governo Federal, Prefeituras e órgãos da sociedade civil organizada em ações que promovem a cooperação internacional, com visitas ao desenvolvimento regional sustentável.

²⁴Mediante a Lei nº 7.023, de 24 de julho de 2007 e estava vinculada à Secretaria de Estado de Governo (SEGOV).

Diante disso, pode-se perceber que a CIDS foi instituída como órgão destinado a fortalecer o desenvolvimento do estado através de ações de cooperação internacional que exercia²⁵ e de política de atuação internacional alinhada ao processo de desenvolvimento sustentável proposto na agenda de governo, além de iniciativas para estimular o comércio exterior e as exportações dos produtos paraenses, o setor agropecuário, entre outros. Assim, o estado passou a participar e realizar ações internacionais direcionadas a juntar o desenvolvimento e a conservação da biodiversidade da Amazônia (FILHO,2011).

O estado do Pará sempre atuou internacionalmente em prol do seu desenvolvimento sustentável seja através da participação em eventos internacionais, feiras, palestras, parcerias com Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do MRE ou com a Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA); participação em fóruns como o Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR); Fórum de Negócios dos Países Não-Alinhados (NOAL); realizou visitas oficiais a diversos países como Alemanha, Inglaterra, China e Japão, entre outros (FILHO, 2011). Inclusive, muito antes das agendas de desenvolvimento sustentável ganharem protagonismo.

Como visto, existem diversas maneiras de realizar cooperação internacional seja através de instrumentos, recursos e fundos diversos. Diante disso, os governos locais podem ser considerados agentes importantes com capacidade de utilizar esses instrumentos de Cooperação Descentralizada, que é um tipo de cooperação mais voltada para as questões de desenvolvimento, para impactar o próprio desenvolvimento regional. Na região amazônica,

[...] apesar da temática ser nova, já há reconhecimento com a realização do I Congresso de Cidades Amazônicas junto a II Assembleia Geral do Fórum de Autoridades Locais da Amazônia (FALA), com a temática da Sustentabilidade relacionada ao Desenvolvimento que se realizou em 2009, na cidade de Belém. E mais recentemente, no âmbito do Estado do Pará, realizou-se em 2010 o I Congresso Paraense de Municípios e em 2011 o II Congresso será realizado em meados de julho, sob a temática da Sustentabilidade (ROCHA, 2011, p.8).

A Cooperação Descentralizada no âmbito das agendas políticas locais pode assumir um conteúdo mais específico fortalecendo a dimensão local nas agendas nacionais, descentralizando as competências e recursos do Estado. A CD pode contribuir focalizando em

²⁵ No mês de maio de 2007, por exemplo, em Salvador, o governo do Pará participou da 1º Reunião do Comitê Binacional para a Cooperação Internacional Descentralizada e Federativa Franco-Brasileira advinda do 1º Encontro de Cooperação Internacional Descentralizada de 2006 realizado em Marseille, na França e desse encontro uma das deliberações propostas e implementada foi a criação de um Comitê Binacional para a Cooperação Descentralizada e Federativa Franco-Brasileira.

problemas mais específicos e locais; têm “uma competência e um know-how que se pode transmitir ou intercambiar diretamente desde as instituições locais, sem recorrer a gabinetes de consultoria ou especialistas externos” (ROCHA, 2011, p. 9).

Possui também condições de estabelecer cooperação a médio e longo prazos utilizando os próprios recursos com os quais os atores estabelecem as modalidades de cooperação; pode promover uma relação mais ampla, uma vez que inclui outros agentes sociais locais; pode garantir uma relação mais direta com os cidadãos, o que implica em uma relação mais participativa (ROCHA, 2011, p.9).

É de conhecimento geral que o estado do Pará possui envolvimento na esfera política internacional principalmente nas áreas de meio ambiente e projetos de preservação e desenvolvimento econômico sustentável²⁶ na Amazônia, questões econômicas e de mercado e na área de turismo, que é uma prioridade. Analisando os sites do Governo do Pará²⁷; a SEGEP²⁸ e a Secretaria de Turismo do estado (SETUR²⁹), não foi possível encontrar informações explícitas sobre o envolvimento desses órgãos em atividades internacionais. Apenas na SETUR e em sites de notícias como Agência Pará³⁰ foi possível encontrar reportagens sobre parcerias e eventos com atores internacionais, mas até então nenhuma especificamente voltada para as questões de gênero.

Conforme informações obtidas mediante entrevista com a Assessora para Cooperação Internacional da CIDS, Sônia Magalhães, em 2008, o governo do Estado do Pará contemplava inúmeros projetos com países como a Alemanha, França, Itália, China, Venezuela, Equador, entre outros, para projetos destinados à captação de recursos, educação e cultura, na área industrial e comercial ou voltados para cooperação técnica para exploração mineral, modernização de transportes urbanos, urbanização (FILHO, 2011).

O estado também já demonstrou alguma prioridade em manter a cooperação no âmbito dos países do Sul global, em especial os países amazônicos vizinhos. Essa iniciativa foi pretensão do governador Almir Gabriel que almejava a implementação de um Fórum Pan-Amazônico de Cultura com o objetivo de estreitar os laços de cooperação tanto econômica

²⁶ Inclusive, há uma ferramenta denominada FAO (Fundo Amazônia Oriental) que oferece apoio internacional e nacional aos projetos no Pará para projetos nesse ramo.

²⁷<https://www.pa.gov.br/>

²⁸<https://segep.belem.pa.gov.br/#>

²⁹<http://www.setur.pa.gov.br/>

³⁰<https://agenciapara.com.br/>

como cultural entre os países da Amazônia e Caribe (FILHO, 2011). Porém, mediante os últimos dados acerca da cooperação internacional do estado, apenas uma das atividades de cooperação internacional que o Estado realiza é na modalidade Sul/Sul, como veremos adiante.

O estado, apesar de participar das relações internacionais e realizar Cooperação Descentralizada, atualmente, não possui uma estrutura institucionalizada de relações internacionais. Apesar de muitos esforços, a CIDS, citada acima, foi extinta em agosto de 2009 e as ações passaram a ser executadas pelo Poder Executivo Estadual. Há algum tempo, existiu uma Coordenadoria de Relações Internacionais, a CORI, que funcionava como um canal de divulgação, na rede social Facebook, das atividades internacionais em que o governo se envolvia.

A CORI – Coordenadoria de Relações Internacionais do Governo do Estado do Pará – segundo relatório informal desenvolvido por Patrick Sandre³¹ entre 2015-2018, foi um instrumento que pretendia assessorar as relações internacionais do estado do Pará. Ela tinha como missão auxiliar o poder executivo e órgãos da administração direta e indireta na formulação das estratégias de inserção internacional do Estado do Pará através da cooperação internacional para atração de investimentos, também para áreas de educação, cultura, turismo e políticas ambientais assim como estreitar as relações com as Nações Unidas e seus Organismos Internacionais para promoção de políticas públicas (Governo do Pará, *no prelo*).

A Coordenadoria de Relações internacionais do Governo do Estado do Pará (CORI) foi criada pela Lei N.º 8.096, DE 01 DE JANEIRO DE 2015, que dispõe sobre a Administração Pública e o Poder Executivo do Estado do Pará. O Capítulo II, Art. 2º da referida Lei dispõe: “d) a Coordenadoria de Relações Internacionais – CORI, subordinada à Casa Civil da Governadoria do Estado, com o objetivo de assessorar o chefe do Poder Executivo, no âmbito das relações internacionais do Estado do Pará e na articulação com os diversos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, de modo a promover as ações necessárias ao fortalecimento dos canais de comunicação com o exterior (Governo do Pará, *no prelo*).

As suas atribuições eram:

1. Auxiliar na formulação de políticas públicas estaduais relacionadas aos governos estrangeiros, organismos e organizações internacionais;
2. Manter contato permanente com embaixadas, serviços consulares, órgãos e organizações internacionais;
3. Acompanhar projetos de âmbito internacional junto às Secretarias de Estado;

³¹ Hoje Assessor do Departamento de Financiamento - DEFI, na Secretaria de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão de Belém - SEGEP.

4. Participar das negociações comerciais, econômicas, jurídicas, financeiras, técnicas e culturais com Governos e entidades estrangeiras;

5. Auxiliar na elaboração de programas de cooperação internacional e de promoção comercial;

6. Prestar apoio a delegações, comitivas e representantes do Governo do Estado do Pará em agências e organismos internacionais e multilaterais (Governo do Pará, *no prelo*).

Levando em consideração as agendas de desenvolvimento internacional, o Pará se mostra articulado através de parcerias com os países e os Organismos Internacionais a partir do Objetivo 17 dos ODS e pela implantação da Agenda da ONU através do programa *Pará Sustentável* e seus três eixos: *Pará Ambiental*, *Pará Social* e *Pará 2030* (Governo do Pará, *no prelo*). Segundo a SECTEC³², o Pará 2030 corresponde ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará criado para solucionar gargalos e promover o crescimento a médio e longo prazo do Estado.

O resultado esperado com a implementação do plano é que, até 2030, o Pará tenha uma economia dinâmica ancorada em práticas sustentáveis e inovadoras que gerem riqueza e renda à população paraense. As cadeias estratégicas são: Agricultura Familiar, Grãos, Biodiversidade, Florestas Plantadas; Logística; Verificação do Pescado e da Agricultura; Turismo e Gastronomia; Açaí; Pecuária; Cacau; Palma de Óleo e Exploração Mineral. Percebe-se que o foco do plano é econômico.

Segundo notícia do site “Agência Pará”, o governador do Estado, Helder Barbalho (MDB), ao participar do Webinar “Global Vision/UrbanActionProgram” firmou o compromisso de realizar um evento com vários segmentos da sociedade para democratizar a Agenda 2030; realizar o alinhamento do seu plano de governo com a Agenda e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e produzir um Relatório Local Voluntário, relatando como o governo vem cumprindo a Agenda 2030. Diante disso, o estado parece estar engajado em alinhar a sua agenda governamental com as agendas internacionais de desenvolvimento e suas estratégias de implementação, mesmo não havendo fontes concretas que embasem essa situação.

O atual governador do Pará, Helder Barbalho (MDB) se mostra muito participativo nas atividades internacionais em nome do estado. Ele, por exemplo, segundo sites de notícia, foi o

³² Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica.

único governador brasileiro a ser convidado a participar do Fórum Econômico Mundial³³ e um dos únicos representantes brasileiros a estar presente em evento³⁴ Internacional da Agenda 30, no qual o Governo do Pará foi o primeiro do mundo a aderir ao Movimento Relatório Local Voluntário que reporta o progresso da implementação dos ODS. Apesar disso, não há institucionalização dessa prática na sua gestão visto que não foi possível identificar uma estrutura consolidada de relações internacionais do estado. Segundo conversas com a própria CORI pelo facebook:

A CORI do governo do estado do Pará, praticamente foi desestruturada neste novo governo (Helder). Não temos mais informações e notícias da coordenadoria (Conversa datada de 21/05/2021, 10:48).

Infelizmente, a falta de uma estrutura específica para tratar das relações internacionais do estado, como uma secretaria especializada, prejudica o desenvolvimento dessa atividade na região, que não tem todo o seu potencial aproveitado. Mesmo um estado fronteiriço, como é o caso do Pará, que possui importância nacional e global e realiza diversas atividades internacionais, ainda é refém da mudança de postura de governantes que, ora são muito engajados internacionalmente ora tratam esses assuntos como secundários e atrasam a consolidação dessa prática dentro das agendas governamentais.

Além de que a falta de um mecanismo de divulgação de informações e consulta, para órgãos e atores políticos e da sociedade civil organizada, afasta a sociedade das práticas de cooperação que beneficiam a região e seus cidadãos. O desenvolvimento local não precisa estar distanciado dos processos globais. Eles estão em constante contato e essa ligação é fator de desenvolvimento e estímulo à inovação local.

Partindo para a análise dos últimos dados encontrados sobre a atividade de cooperação internacional do estado, segundo dados do Observatório de Cooperação Internacional³⁵(OCI), constatou-se que o estado do Pará realizou cooperação internacional em diversas temáticas, além daquelas já citadas. Os dados do OCI indicam que o Pará apresentou entre 2004 e 2016 11 atividades como receptor de cooperação internacional envolvendo seis atores internacionais³⁶: o Banco Mundial (3); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (3); Japão (2); Itália (1); União Europeia (1); Martinica (1). As atividades de cooperação

³³ Notícia disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/37267/> Acesso em: 21/05/2022

³⁴ Notícia disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/19684/> Acesso em: 21/05/2022

³⁵ <http://www.lppri.ri.pucminas.br/oci/>

³⁶ Em parênteses se encontram o número de atividades desenvolvidas por cada ator.

internacionais encontradas datam do período de 2004 até 2016 e, em resumo, se dispõem da seguinte maneira, segundo o quadro a seguir:

QUADRO 1: LISTA DE ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE 2004-2016 EM QUE O ESTADO DO PARÁ ERA RECEPTOR

Título	Ofertantes	Receptores
Projeto do sistema de ônibus metropolitano de Belém	Japão	Brasil
Projeto AÇÃO METRÓPOLE - 2º etapa	Japão	Pará
Projeto de Redução Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará - Pará Rural	Banco Mundial	Pará
Programa de Melhorias da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica no Estado do Pará	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Pará
Programa de Apoio à Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Martinica, Pará
Ilha da Martinica ganha representação no Pará	Martinica, Pará	Martinica, Pará
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Gestão por Resultados nos Estados e no Distrito Federal	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	PA; TO; GO; AM; RS; MG; RJ; PE; BA; RO; MA; DF; PB;RR;AC;MT;SC;AL;RN; SE;MA;PI;SP;ES;PR;AP
Vigilância Epidemiológica e Ambiental (VIGISUS I)	Banco Mundial	Brasil
Reciclando vidas: inclusão e cidadania para as catadoras, os catadores e suas famílias: 2009-2011	Itália	Pará, Maranhão, Bahia
Projeto Alvorada: Intervenção Integrada em Áreas Marginais para Melhoria de Qualidade de Vida da População	Itália	Brasil
Plano de Vigilância de Saúde (VIGISUS II)	Banco Mundial	Brasil

Fonte: IPPRI,2022 <http://www.lppri.ri.pucminas.br/CoopDatum/Mapa/Cooperacao/Nacional#> feito pela autora

As descrições do projeto seguem abaixo, seguindo a ordem do quadro acima:

QUADRO 2: DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO

Projeto	Descrição	Modalidade da Cooperação	Situação	Início/ Fim
Projeto do sistema de ônibus metropolitano de Belém	Projeto na área de infraestrutura, transporte e meio ambiente; cooperação bilateral	Norte/Sul	Concluído	Teve início em 2012 e fim em 2016.
Projeto AÇÃO METRÓPOLE - 2º etapa	Engloba ajuda financeira, no setor de urbanismo.	Norte/Sul	Não especificado	Teve início em 2009.
Projeto de Redução Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará - Pará Rural	É uma ajuda financeira, no setor agropecuário e de desenvolvimento rural.	Norte/Sul	Não especificado	Teve início em 2004.
Programa de Melhorias da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica no Estado do Pará	Esse projeto é no setor de educação, a modalidade da sua atividade é ajuda financeira.	Norte/Sul	Não especificado	Teve início em 2011.
Programa de Apoio à Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará	Projeto de ajuda financeira no setor de administração pública.	Norte/Sul	Não especificado	Início em 2006.
Ilha da Martinica ganha	Termo de cooperação entre o Pará e a região francesa, a	Sul/Sul	Não especificado	Teve início

representação no Pará	modalidade da sua atividade é ação de prospecção; envolve os setores de Indústria e comércio - exportação; turismo; transporte; agropecuária e desenvolvimento rural; bilateral.			em 2013.
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Gestão por Resultados nos Estados e no Distrito Federal	É uma ajuda financeira no setor da Administração Pública (Reforma e modernização do Estado), é bilateral.	Norte/Sul	Concluído	Início e fim no ano de 2010.
Vigilância Epidemiológica e Ambiental (VIGISUS I)	É um projeto de cooperação técnica no setor de saúde (controle e prevenção de doenças infecciosas e parasitárias); é bilateral, a natureza do recurso é financeira.	Norte/Sul	Concluído	Teve início em 2005 e fim em 2007.
Reciclando vidas: inclusão e cidadania para as catadoras, os catadores e suas famílias: 2009-2011	É uma cooperação técnica, no setor de desenvolvimento social; bilateral.	Norte/Sul	Concluído	Teve início em 2009 e fim em 2011.
Projeto Alvorada: Intervenção Integrada em Áreas Marginais para Melhoria de Qualidade de Vida da População	É um projeto de cooperação técnica no setor de desenvolvimento social (pobreza), é bilateral.	Norte/Sul	Concluído	Teve início no ano de 2005.
Plano de Vigilância de Saúde (VIGISUS II)	É um projeto do setor de saúde (controle e prevenção de doenças infecciosas e parasitárias), de ajuda financeira; bilateral.	Norte/Sul	Concluído	Teve início em 2004 e fim em 2008.

Fonte: IPPRI, 2022 <http://www.lppri.ri.pucminas.br/CoopDatum/Mapa/Cooperacao/Nacional#> feito pela autora

Os quadros 1 e 2 mostram que o estado do Pará participa das dinâmicas de Cooperação Descentralizada e está inserido nas lógicas da CID, visto que a maioria das atividades de cooperação internacional nas quais está envolvido são provenientes da modalidade de cooperação Norte/Sul (10 de um total de 11 atividades).³⁷ Isso, acaba evidenciando as relações assimétricas intrínsecas ao sistema internacional e significa que a crítica que Milani (2018) faz sobre a perpetuação de uma lógica colonial de “ajuda” na CID ainda vigora entre as parcerias dos países desenvolvidos e dos países periféricos ou norte/sul global.

Outra questão que precisa ser pontuada é que, após certa pesquisa, não houve constatação, dentre as ações internacionais do estado, de parcerias e atividades de cooperação que contemplem projetos e políticas envolvendo as questões de gênero e as mulheres amazônidas. Apenas um projeto catalogado pelo Observatório de Cooperação Internacional fazia menção às mulheres na sua descrição: “Reciclando vidas: inclusão e cidadania para as catadoras, os catadores e suas famílias: 2009-2011”. Isso indica que as questões de gênero ainda são muito marginalizadas dentro dos processos de desenvolvimento e dentro das atividades internacionais dos entes subnacionais devido a essa sub-representação nos projetos de cooperação internacional empreendidos pelo estado.

Dados mais atuais, provenientes do relatório da CORI, mostram que o estado vinha se empenhando em buscar Cooperação Internacional tanto com governos locais, como a UEPA (Universidade do Estado do Pará) quanto com organismos internacionais, tais como a JICA (Agência Internacional de Cooperação do Japão); UNESCO (A Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas); PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); ILANUD (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delincente) (Governo do Pará, *no prelo*).

Entre 2015-2018, por exemplo, o estado do Pará tanto enviou missões a outros países (24 missões enviadas³⁸) como recebeu missões (50 missões recebidas³⁹). O teor das missões

³⁷ Apenas uma atividade segue a lógica de cooperação Sul/Sul que é a parceria com Martinica.

³⁸ As missões foram enviadas para: Argélia, Canadá, Espanha, França (2), Qatar, Portugal (4), Países Baixos*, Colômbia*, Reino Unido (2), Estados Unidos da América, Japão, Guiana Francesa (2), Equador, China (2), Indonésia, Alemanha e Polônia.

³⁹ As missões recebidas foram da: Espanha (2), Canadá (2), França (7), Martinica, Japão (5), Países Baixos (2), Reino Unido (3), Suíça (2), Noruega (3), Estados Unidos da América (3), El Salvador, Bélgica (3), China (3), Indonésia, Alemanha (3), Finlândia, Áustria (2), Argélia, Myanmar, Coreia do Sul, Portugal, Equador, Hungria e Israel.

enviadas e recebidas gira em torno das seguintes temáticas: políticas, meio ambiente, comercial (nas missões enviadas) e questões comerciais, ambientais, políticas e de ensino e pesquisa (nas missões recebidas). As temáticas secundárias, em ambos os casos, são relacionadas a Transporte e Logística, Direitos Humanos e Cultura. Outras missões recebidas foram da delegação da União Europeia⁴⁰, do Banco Mundial ⁴¹, da UNESCO⁴², ONU e OEA (Governo do Pará, *no prelo*). Ainda assim, mais uma vez, as pautas de gênero, dos direitos das mulheres, projetos contra a violência de gênero ainda não se fazem presentes dentro desses processos políticos de cooperação internacional.

É possível notar que o estado do Pará busca, através das suas atividades internacionais consolidar a sua imagem perante os diversos atores na esfera internacional direcionando, grande parte de suas ações, para a atração de investimentos estrangeiros para a região (FILHO, 2011). Mas, como é possível perceber, as suas atividades internacionais em prol do desenvolvimento regional não contemplam pautas de gênero.

Diante disso, é preciso levar em consideração que as experiências das mulheres amazônidas mostram outras possibilidades de existências e relações fora da órbita dos grandes empreendimentos capitalistas (BEZERRAL; ALVES, 2020, p 124). Por isso, é tão fundamental a sua participação e o seu protagonismo dentro das dinâmicas de desenvolvimento regional e das agendas de desenvolvimento. Os territórios de onde falam as mulheres apresentam configurações diversas, dadas suas especificidades étnicas, sociais e culturais, e representam, portanto, uma heterogeneidade de formas e processos próprios da produção social de sua gente (BEZERRAL; ALVES, 2020, p. 89). Sendo assim, essas mulheres precisam ter voz dentro dos espaços deliberativos de políticas em todos os níveis (local, nacional e internacional) para que as suas demandas, tão únicas, sejam contempladas dentro das políticas públicas.

⁴⁰ A delegação veio com o objetivo de pautar Direitos Humanos na Amazônia, regularização fundiária e cooperações técnicas.

⁴¹ A comitiva do Banco Mundial veio ao estado do Pará para apresentação de do Relatório do Diagnóstico Sócio Econômico brasileiro e financiamentos para políticas públicas.

⁴² Representantes da UNESCO vieram ao estado do Pará para lançamento da Rede de Cidades Criativas em Gastronomia e realização de parcerias com governo e prefeitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto é possível concluir que existem diversos atores sociais e políticos participando e influenciando tanto na formação da agenda política como na formulação e implementação de políticas públicas. Cada um à sua maneira e dependendo dos seus interesses impactam a vida da sociedade. Levando em consideração as suas dinâmicas de ações, fica clara a importância da atuação, tanto dos atores internacionais como as OIs e ONGs transnacionais, quanto principalmente da sociedade civil nacional organizada através das ONGs, dos Movimentos Sociais e coletivos organizados que exercem pressão nos governantes para que eles assumam o compromisso de identificar os problemas sociais e traçarem estratégias e políticas a fim de resolvê-los.

Aos Movimentos Sociais (MS) e à mídia cabe o papel da articulação e formação de opinião pública, incentivando e organizando indivíduos comuns da sociedade para que estes se envolvam e participem efetivamente dos processos políticos, fazendo com que sejam ainda mais democráticos e deliberativos. Os MS e os coletivos organizados por apresentarem um caráter mais ativista são fundamentais para a tentativa de uma real transformação nas estruturas e nos sistemas políticos. Por estarem em constante contato com a sociedade e com órgãos públicos a sua articulação se torna um meio muito eficiente de alertar sobre demandas sociais que precisam de atenção.

Parece óbvia a necessidade de ter mulheres em diferentes esferas do governo para se fazer políticas públicas que as protejam e beneficiem. Mas, os setores responsáveis pela agenda de desenvolvimento como o Estado, os governos locais, as OIs, agências de financiamento e até a própria sociedade tendem a desconsiderar a importância da mulher frente a esses projetos.

Fica evidente também que, apesar das Organizações Internacionais como a OCDE, o Banco Mundial reconhecerem e prestarem certo apoio, principalmente para ONGs, a sua “ajuda” segue um certo padrão graças às configurações do sistema internacional. Ou seja, esses atores locais ficam presos a uma agenda repassada por essas organizações que, evidentemente, traz certos benefícios, mas ao mesmo tempo não atinge, realmente, as estruturas sociais de cada contexto e seguem modelos de desenvolvimento que não atendem às questões específicas da comunidade ou região.

Por mais que as Agendas de Desenvolvimento Sustentável sejam amplamente difundidas e existam estratégias de implementação das suas metas no interior dos estados e nas

agendas governamentais, elas ainda se encontram distantes do conhecimento da sociedade civil e precisam ser democratizadas para que todos tenham conhecimento das ações com que os governantes se comprometeram em cumprir e as organizações da sociedade civil são agentes essenciais para esse trabalho. Além de ser importante que as metas sigam dentro das agendas governamentais, mesmo com a troca de gestores, a fim de se estabelecer uma agenda mais estruturada em relação aos ODS.

O MMIB é um exemplo de como a mobilização de coletivos da sociedade civil, em especial coletivos de mulheres, já que elas são agentes muito participativos e engajados em várias causas, podem gerar impactos nos processos de desenvolvimento local e atender demandas de certos grupos que são invisibilizadas pelo poder político. Infelizmente, mesmo com parcerias e reconhecimento, o coletivo enfrenta muitas dificuldades para se consolidar visto que, como exposto, é um tipo de mobilização e reivindicação que, apesar de ter se inserido nas dinâmicas de *gender mainstreaming*, se esforçam para erradicar, desde a raiz, todas as desigualdades e opressões que as mulheres amazônicas estão sujeitas.

Portanto, é fundamental que o MMIBI, mesmo possuindo ligações com a Agenda 21 e parcerias com outros atores, não perca o seu caráter ativista e de bases comunitárias e continue existindo e lutando por direitos sociais e culturais a fim de atender as necessidades da sua comunidade e região ao mesmo tempo em que contribua para o fortalecimento da economia, da cultura e no contexto político local para alcançar a consolidação de justiça social para essas comunidades e principalmente para as mulheres. Nesse sentido, mesmo parecendo algo distante, é importante que a agenda internacional do desenvolvimento e as agendas políticas locais complemente as ações do MMIBI sem, contudo, substituir e homogeneizar suas especificidades e reivindicações locais.

É fundamental ressaltar o quanto a participação das mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável e na formulação de políticas públicas locais é necessária. A maior participação delas nesse processo contribui para o desenvolvimento das comunidades e da região em diversos setores como econômico, social, nas áreas de saúde e educação, na defesa dos territórios e na preservação cultural e do meio ambiente. Contudo, é preciso que essa participação ativa nos processos políticos de construção de uma agenda de gênero não enfraqueça o caráter transformativo que propõe o movimento.

Também foi possível identificar que o estado do Pará vem se projetando internacionalmente desde a década de 2000, sendo assim, é um ente subnacional que participa das relações internacionais e realiza Cooperação Descentralizada. Ele realiza e participa de eventos, feiras, fóruns, encontros sobre diversas temáticas, desde econômicas até culturais, com foco principalmente na promoção econômica-comercial e cooperação internacional voltadas para o desenvolvimento sustentável da região através de investimentos estrangeiros.

Mas, apesar do estado ser ativo em atividades internacionais de cooperação em prol do desenvolvimento sustentável na região, não foram encontradas parcerias com atores internacionais que impactem, especificamente, a vida das mulheres amazônidas a fim de melhorar os índices de violência e exploração que as cometem, por exemplo. A maioria das atividades de cooperação internacional identificadas eram acerca de questões socioeconômicas ligadas ao mercado e à exportação, cooperação técnica e áreas de turismo e proteção ambiental e apresentam certa conformidade com as Agendas Internacionais de Desenvolvimento Sustentável, mas não estavam especificamente direcionadas à melhoria da qualidade de vida das mulheres.

Além disso, a maioria dos parceiros são países desenvolvidos e organizações internacionais como Banco Mundial, BID, Japão, entre outros. Isso reforça o argumento de Carlos Milani (2018) sobre as relações de cooperação dentro da CID serem marcadas a partir de dinâmicas desiguais, de ajuda de países do Norte para países do Sul, tirando desses últimos o protagonismo e a autonomia sobre as suas próprias decisões acerca do desenvolvimento regional. É crescente a influência do Sul global sob a concepção e a prática da CID, mas avanços ainda precisam ser feitos nessa direção

A Cooperação Descentralizada possibilita que o ente subnacional realize cooperação técnica, formule e implemente políticas públicas direcionadas a melhorar a qualidade de vida e impacta na geração de desenvolvimento local. Além disso, ela também deveria auxiliar a elaboração de uma agenda política de desenvolvimento sustentável com políticas públicas voltadas também para as questões de gênero, já que as mulheres são atores fundamentais no processo de desenvolvimento regional. Por isso, deve ser usado como um importante instrumento na melhoria das ações governamentais em relação à opressão de gênero na sociedade amazônica, e com isso melhorar os índices de desigualdade e violências às quais as mulheres daquele território estão sujeitas.

Sendo assim, a Cooperação Descentralizada apresenta um potencial de influenciar políticas públicas destinadas às mulheres amazônidas, mas este potencial não tem sido plenamente mobilizado. Uma solução possível diz respeito ao aumento da participação dos organismos da sociedade civil nos processos de criação da agenda das políticas públicas e das práticas internacionais, tornando-as mais sensíveis, permeáveis e adequadas às necessidades dos cidadãos. O caso estudado neste trabalho exemplifica os limites e as potencialidades que o campo da CID, por meio da CD e da difusão de políticas públicas, apresenta para a melhoria dos problemas locais. A desarticulação dos órgãos responsáveis pelas relações internacionais no estado do Pará tende a inviabilizar essa interlocução entre os atores locais e internacionais.

Por fim, cabe ressaltar a importância de dar voz e vez às mulheres amazônidas. Elas (nós) que tanto contribuem para o desenvolvimento da região, que lutam pela sobrevivência dos seus territórios e da sua cultura, que são a linha de frente dos movimentos de resistência ao patriarcado, que sofrem a exploração dos seus corpos, dos seus territórios e das florestas, foram e ainda são excluídas da sua própria história, dos espaços públicos e políticos e essa vulnerabilidade é consequência dos processos históricos que ligam intimamente a história e a formação da região Amazônica à expansão capitalista, à exploração e violência. Mas elas vêm ocupando o seu espaço.

As mulheres amazônidas compõem um setor subalterno dentro de uma região já esquecida e extremamente explorada. Muitas vezes elas mesmas não reconhecem o valor do seu trabalho e da sua história. São mulheres mestiças, pretas, indígenas, ribeirinhas, quebradeiras de coco etc. que cuidam, educam, trabalham e lutam. As mulheres amazônidas são tão plurais quanto a imensidão da Amazônia e a elas cabe todo e qualquer lugar que queiram ocupar.

REFERÊNCIAS

- Agência Pará.** Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/19684/>>. Acesso em: 21 maio de 2022.
- ALCÂNTARA, L; OLIVEIRA, T. **Mulheres Amazônicas:** ecofeminismo, mineração e economias populares (2020).
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99 % – um manifesto.* São Paulo: Boitempo, 2019.
- AVRITZER, L. **Sociedade civil e Estado no Brasil:** da autonomia à interdependência política. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398
- BALLESTRIN, L. **América Latina e o giro decolonial.** Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BALLESTRIN, Luciana. **“Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano”.** *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, e75304, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375304>
- BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. **Rules for the World:** international organizations in global politics. Ithaca: Cornell University Press, 2004.
- BUTLER, J. 2003. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BRILHO, Silvaneide Santos de Queiroz Corte. **Dinâmica Econômica e Social na Amazônia rural:** o protagonismo do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) - PA. 2015. 184 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade de Campinas, Campinas.
- Carlos, E., Dowbor, M., & Albuquerque, M. do C. (2021). **EFEITOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.** *Caderno CRH*, 34, e021016. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.33276>
- CARVALHO, T.L; FERNANDES, J.S; FARIA, C.A.P. **Organizações Internacionais e Políticas Públicas Nacionais:** variáveis organizacionais e instrumentos de difusão. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 16, n. 2, e1112, 2021
- CORI** - Coordenadoria de Relações Internacionais <https://www.facebook.com/cori.gov.pa>
- COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria. **O feminismo no Brasil:** uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria (orgs.). *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas.* Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia:** um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007. 240pp.
- FINNEMORE, Martha. **National Interests in International Society.** Ithaca: Cornell University Press, 2004.

Governo do Pará, 2015-2018. Relações Internacionais: Uma estratégia para o desenvolvimento do Pará

GOMES FILHO, Francisco. **A paradiplomacia subnacional no Brasil**: uma análise da política de atuação internacional dos Governos estaduais fronteiriços da Amazônia. 2011. 276 f. Tese (Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) -Programa de Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, Universidade de Brasília/UFRR/FLACSO, Brasília, 2011.

Gomes, E. C. B., Silva Junior, B. da C. e, Nogueira, K. M., & Gomes, E. L. dos S. (2013). **O papel do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) na busca por um turismo responsável (ecoturismo) para a Ilha de Cotijuba, Belém (PA)**. *Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)*, 6(2). <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2013.v6.6206>

GREGORI, Juciane. **Feminismo e resistência**: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. *Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG* - v. 30, n. 2 – Jul./Dez. 2017 – ISSN online 1981-3082

HERZ, Mônica. **Organizações Internacionais**: história e práticas / Mônica Herz, Andrea Ribeiro Hoffman. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 10a reimpressão.

HOCKING, B. **Regionalism: na international relations perspective**. In: KEATING, M.; LOUGHLIN, J. (Eds). *The political economy of regionalismo*. Lonfon: Frank Cass, 1997. P.90-11.

IBGE Estados. UF: Pará. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa.html>>. Acesso em: 19 maio de 2022.

Jakobi, Anja. 2009. **International Organizations and Lifelong Learning**: From Global Agendas to Policy Diffusion. Palgrave Macmillan.

KALDOR, Mary. "**Civil Society and Accountability**", *Journal of Human Development*, Vol. 4, No. 1, 2003.

Lavalle, Adrian Gurza e Szwako, José. **Sociedade civil, Estado e autonomia**: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública* [online]. 2015, v. 21, n. 1 [Acessado 19 Abril 2022], pp. 157-187. Disponível em: ISSN 1807-0191<<https://doi.org/10.1590/1807-0191211157>>.

Lowi, T. (1964). **American business, public policy, case studies, and political theory**. *World Politics*, 16(4), 677-715.

Lowi, T. (1972). **Four systems of policy, politics, and choice**. *Public Administration Review*, 32(4), 298-310.

MARQUES, Brenda Moreira. Entre **O Movimento Das Mulheres Das Ilhas De Belém E As Agendas De Desenvolvimento Das Nações Unidas**: Discussões Sobre GenderMainstreaming. *Espirales*, n. IV, Vol. II, out. 2019

MELLO; SOUZA. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento** /organizador: André de Mello e Souza. – [Brasília]: Ipea, 2014.277 p.: il., gráfs. color.

MELUCCI, Alberto. **Um Objetivo para os Movimentos Sociais?** Lua Nova - São Paulo - junho 89, n° 17

MILANI, Carlos R. S. **Solidariedade e interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2018.

Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém. **Mmbi.blogspot.** Disponível em: <http://movimentodemulheres-mmib.blogspot.com/> Acesso em: 15 mar 2022.

MURPHY, Craig N. **Organização Internacional e Mudança Industrial: governança global desde 1850.** Editora da Unesp, 2013

Nações Unidas. Declaração do Milênio Cimeira do Milênio. Nova Iorque, 6-8 de setembro de 2000. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2000%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Milenio.pdf> Acesso em: 03 maio de 2022.

Observatório de Cooperação Internacional. **Lppri.ri.** Disponível em: <http://www.lppri.ri.pucminas.br/oci/> Acesso em: 19 maio de 2022.

Os objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **odmBrasil.gov,** 2015. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio> Acesso em: 03 maio de 2022.

OLIVEIRA, Tatiana; SEABRA, Joana Emmerick; CONGILIO, Célia; REIS, Iara dos; BEZERRA, Rosemayre; ALVES, Alice Margarida. **Mulheres Amazônicas: Ecofeminismo, mineração e economias populares.** Rio de Janeiro: Inesc, 2020.

ONU Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 03 maio de 2022.

PA.GOV. **Governo do Pará.** Disponível em: <https://www.pa.gov.br/>. Acesso em: 20 maio de 2022.

PARADA, Eugenio. **O conceito de política pública.** In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org). Políticas públicas. Volume 1. Brasília: ENAP, 2006. p.67-199.

PAQUIN, S. *Paradiplomatic et relations internationales.* Brussels: Peter Lang, 2004.a

Pereira, C. S. (2021). **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Políticas Públicas: um campo de batalha pela autoridade do conceito de desenvolvimento internacional.** *Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD*, 10(19), 156–186. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v10i19.14551>

PETERS, B. G. *American Public Policy.* Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PINTO, Célia Regina Jardim. **As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores.** Dados, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 651-670, 2006.

PINTO, Célia Regina Jardins. **FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER.** REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 18, Nº 36: 15-23 JUN. 2010.

Portal ODS, 2021. Disponível em: <http://portalods.com.br/>. Acesso em: 03 maio de 2022.

REDE ODS BRASIL. Disponível em: <<https://www.facebook.com/redeods.br>>. Acesso em: 17 de abril de 2022.

RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. BRASIL, 2017. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil_Portuguese.pdf>. Acesso em: 26 abril de 2022.

ROCHA, William Monteiro. **Paradiplomacia, desenvolvimento e integração regional de cidades amazônicas:** desafios e especificidades do estado do Pará. In *Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3º Encontro Nacional ABRI 2011*, 2011, São Paulo (SP, Brazil) [online]. 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300059&lng=en&nrm=iso>.

RUA, M.G. **Análise de Políticas Públicas:** Conceitos Básicos. 3. ed. rev. atua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.

SALOMÓN, M. **A Dimensão Subnacional da política externa brasileira:** determinantes, conteúdos e perspectivas. *Política Externa Brasileira: As práticas da política externa brasileira*. 2012

SALOMON, M. **Em que medida é possível integrar a Cooperação Descentralizada na dimensão Sul-Sul da política externa brasileira?** *Revista Mural Internacional* v. 3, n. 2 (2012) Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/issue/view/493>> Acesso em: 27 mar 2022.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas.** Volume 1. Brasília: ENAP, 2006. 2 v.

Secretaria de ciência, tecnologia e educação superior, profissional e tecnológica. **SECTEC**, 2022. Disponível em: <<https://www.sectet.pa.gov.br/audiovisual/basic-page/sectet-no-par%C3%A1-2030>> Acesso em: 23 maio de 2022.

Secretaria municipal de coordenação geral do planejamento e gestão. **SEGEP**. Disponível em: <<https://segep.belem.pa.gov.br/#>>. Acesso em: 23 de abril de 2022.

Secretaria de meio ambiente e sustentabilidade. **SEMAS PA**. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/2019/12/10/para-reafirma-importancia-da-cooperacao-internacional-em-projetos-socioambientais-permanentes/>> Acesso em: 20 maio 2022.

Secretaria de Turismo. **SETUR** <<http://www.setur.pa.gov.br/>> Acesso em: 20 maio de 2022.

SOLDATOS, P. **An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors.** In: MICHELMANN, H.; SOLDATOS, P. *Federalism and international relations: the role of subnational units*. New York: Oxford University Press, 1990. p. 34-53.

SOUZA, C. **Políticas Públicas:** Uma revisão da Literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. 2018. **Movimentos sociais e políticas públicas**: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, Roberto; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. de (orgs). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília, DF: Ipea/Enap. pp. 106-138.

Tong, R., & Botts, T.F. (2018). **Feminist Thought**: A More Comprehensive Introduction (5th ed.). Routledge. Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9780429495243>>

United Nation. Agenda 30. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 26abr2022.

UN. Disponível em:<<https://www.un.org/millenniumgoals/>>. Acesso em: 03 maio de 2022.

VIGENAVI, Tullo. **Problemas para a Atividade Internacional das Unidades Subnacionais**: Estados E Municípios Brasileiros. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 21 Nº. 62, outubro/2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000300010>> Acesso em: 25 de maio de 2022